



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

SUELEN DA SILVA DOS SANTOS

PENSANDO COM MARIA FIRMINA DOS REIS
Contribuições filosóficas para uma ética firminiana

Brasília
2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

SUELEN DA SILVA DOS SANTOS

PENSANDO COM MARIA FIRMINA DOS REIS
Contribuições filosóficas para uma ética firminiana

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia do Instituto de Ciências Humanas, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Filosofia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Míriam Wuensch

Brasília
2023

S237p

Santos, Suelen da Silva dos.

Pensando com Maria Firmina dos Reis: contribuições filosóficas para uma ética firminiana / Suelen da Silva dos Santos – Brasília, 2023.

IX, 69 p.: il.

Orientadora: Ana Míriam Wuensch

Monografia (Licenciatura em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Brasília, 2023.

1. Maria Firmina dos Reis. 2. A Escrava (conto). 3. Filosofia e literatura. 4. Ética 5. Escravidão e moralidade. 6. Educação antirracista I. título

CDU 17:82.09

À minha mãe Sônia e à minha linda sobrinha Laura

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sônia.

À minha avó, Maria.

À minha querida irmã.

À minha amada sobrinha.

Às amigas de todas as horas.

Ao meu companheiro, Danilo.

À minha orientadora, professora Ana Miriam Wuensch.

À banca composta por mulheres que tanto contribuíram para a finalização deste trabalho, professoras: Régia Agostinho da Silva (UFMA), Adriana de Fátima Alexandrino Lima Barbosa (UnB), Raquel Imanishi Rodrigues (UnB).

À memória de Maria Firmina dos Reis, pelos inestimáveis aprendizados e inspiração.

Oh! A mente!

Isso sim, ninguém pode escravizar!

María Firmina dos Reis – Úrsula

Escrever é uma maneira de sangrar.

Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito

Conceição Evaristo – Olhos d'água

RESUMO

Combinando filosofia e literatura em uma abordagem antirracista, buscamos estudar como o conto *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis expõe o problema moral da escravidão de pessoas negras no Brasil. Por meio de sua escrita, a autora busca dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas pela dominação, utilizando a literatura como forma de inversão da narrativa. Sua obra desconstrói estereótipos racistas desumanizadores, revelando a hipocrisia da moralidade cristã em relação à escravidão. Além disso, a autora propõe uma ética fundamentada no "dever" imposto pela humanidade. Deste modo a não-omissão diante das injustiças sociais é essencial para a construção de uma ética de encontros, solidária, responsável, fraterna e igualitária. Maria Firmina dos Reis, por meio de sua obra, desafia as relações sociais desumanizadoras da época, destacando a importância do discurso e da ação na luta contra a opressão e na promoção da justiça. Nesse sentido, sua literatura se torna uma poderosa ferramenta de transformação social, ao dar voz aos marginalizados pela história oficial e ao questionar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; *A Escrava* (conto); Filosofia e literatura; Ética antirracista; Escravidão e moralidade; Educação antirracista.

ABSTRACT

Combining philosophy and literature in a decolonizing and anti-racist approach, we investigate how the tale *A Escrava* by Maria Firmina dos Reis exposes the moral problem of slavery in Brazil. The author gives visibility to voices historically silenced by domination as a way of inverting the narrative. Her work deconstructs dehumanizing racist stereotypes, revealing the hypocrisy of Christian morality in relation to slavery. Furthermore, the author proposes an ethics based on the "duty" imposed by humanity. In this way, acting against social injustices is essential to build a solidary, responsible, fraternal, and egalitarian ethics. Maria Firmina dos Reis challenges the dehumanizing social relations of her time. Highlighting the importance of speech and action in fighting oppression and promoting justice. Her writings become a powerful tool for social transformation, giving voice to those who have been marginalized by history and by questioning the power structures that perpetuate inequalities.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; *A Escrava* (tale); Philosophy and literature; Anti-racist ethics; Slavery and morality; Anti-racist education.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Capítulo 1 - Maria Firmina dos Reis: uma pensadora do seu tempo | 3 |
| 1.1. Resgate literário: uma batalha da memória..... | 7 |
| 1.2. Memória, escrevivência e autorrecuperação..... | 15 |
| Capítulo 2 - Literatura e filosofia | 19 |
| 2.1. Por filosofias além do cânone..... | 20 |
| 2.2. A escrita que reflete o mundo..... | 24 |
| Capítulo 3 - A escravidão como problema moral..... | 29 |
| 3.1. Rompendo estereótipos racistas e resgatando a humanidade..... | 34 |
| 3.1.1. O negro perigoso..... | 37 |
| 3.1.1. O bom colonizador..... | 39 |
| 3.1.2. A negra preguiçosa..... | 41 |
| 3.1.3. A negra sem história..... | 43 |
| Capítulo 4 - A Escrava: Uma ética antirracista | 46 |
| 4.1. A fraternidade..... | 51 |
| 4.2. O anonimato..... | 54 |
| 4.3. A maternidade..... | 56 |
| 4.4. A legalidade e a liberdade..... | 58 |
| 4.5. Um novo caminho..... | 62 |
| CONCLUSÃO..... | 66 |
| SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS..... | 68 |
| REFERÊNCIAS..... | 69 |

INTRODUÇÃO

Nesta monografia filosófica abordaremos a obra de uma pensadora maranhense negra que viveu no Brasil imperial escravagista do séc. XIX. Sobre essa mulher, há pouco tempo, quase nada se sabia, uma vez que o seu nome e sua história foram apagados da memória coletiva da população brasileira por mais de um século. Maria Firmina dos Reis foi professora, escritora, poetisa, compositora e um dos raros exemplos de mulher intelectual não branca, em um Brasil oitocentista, que conseguiu fazer parte dos círculos literários da época, mesmo com "educação acanhada" e mãe escrava alforriada. Ficando conhecida por ter escrito o primeiro romance antiescravagista no Brasil, de título *Úrsula*.

Em uma época na qual mulheres não eram reconhecidas como produtoras de conhecimento, nossa maranhense superou restrições impostas tanto às mulheres quanto às pessoas negras em geral. Esta pensadora não só aprendeu a ler e escrever, o que já era raro entre as mulheres XIX; a jovem Firmina também ensinou, e, publicou seus trabalhos críticos, em meio à realidade social que buscava transformar. Maria Firmina foi uma voz potente em uma sociedade na qual as mulheres não tinham espaço para se expressar, principalmente sendo negras, como é o caso de nossa autora.

Estudaremos Maria Firmina dos Reis em um trabalho filosófico devido à potência do pensamento transformador, presente em sua obra. Sua vida e obra são de interesse de estudos literários, africanos e afro-brasileiros, mas também da sociologia, da história, e das humanidades em geral, e aqui se inclui a filosofia. Maria Firmina foi uma mulher de seu tempo, pensou a sociedade escravista como poucos o fizeram; sua obra merece ser estudada e repensada por diversos ângulos, vista por diferentes olhares.

Nossa autora nos apresentou uma moral possível, ensinando-nos, na teoria e na prática, o significado de ser antirracista, em pleno século XIX. Por meio de sua literatura, Maria Firmina buscou contar histórias de vida tão reais, quanto fictícias, e nesse esforço ficcional nos apresentou um pedaço de Brasil que foi roubado da nossa história e memória. Portanto, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar a contribuição da autora para a filosofia por meio de sua literatura crítica à escravidão de pessoas negras como um problema moral. Para tanto, a estrutura do trabalho é composta por quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos Maria Firmina dos Reis, assim como suas obras, problematizando o seu apagamento literário por quase um século. Além disso, abordamos

a construção da memória coletiva, destacando que esse processo não ocorre de maneira ingênua ou aleatória. É importante compreender que aquilo que lembramos e/ou esquecemos também faz parte de uma construção hegemônica da história. Nesse sentido, buscamos compreender os motivos por trás do ostracismo de nossa autora ao longo desses anos de apagamento.

No segundo capítulo, realizamos uma crítica ao cânone filosófico, trazendo suportes decoloniais para defender múltiplas possibilidades de fazer filosofia, incluindo aqui filosofias feministas, africanas e afro-brasileiras. Além disso, exploramos como a literatura desempenha um papel fundamental nesse processo. Nossa compreensão da literatura é de que ela possibilita a criação de mundos possíveis e imaginados, e serve ainda como uma forma de criticar os mundos conhecidos, por meio da ficção e da dramatização de questões morais, estéticas, políticas, sociais e históricas. É importante destacar que, quando a história é negada aos grupos marginalizados, a literatura se torna um caminho para a expressão e crítica da realidade.

No terceiro capítulo, exploramos como Maria Firmina dos Reis expõe na sua obra a escravidão como um problema essencialmente moral. Destacamos também como a autora desconstrói estereótipos associados à população negra, tais como a imagem do negro violento, da negra preguiçosa, da negra sem história e do colonizador salvador. Essas quebras de estereótipos são fundamentais para restabelecer a humanidade negada ao sujeito negro durante o processo de colonização, baseado no mito do negro - uma fantasia que associa a negritude a características negativas.

No último capítulo, realizamos uma análise filosófica do conto *A Escrava* - sem abrir mão de alguns trechos de *Úrsula* - a fim de explorar a ética implícita nesses textos. Chamaremos essa ética de firminiana, que tem como objetivo assegurar a humanidade dos grupos dominados, incentivando uma postura de não-omissão diante das injustiças. Identificamos essa atitude moral como uma ética de encontros, fundamentada na fraternidade, no anonimato, na proteção da maternidade, na legalidade e na liberdade. Além disso, examinaremos a ética firminiana à luz da ética do amor - de bell hooks-, sendo que amor aqui não aparece apenas como um sentimento, mas também um ato político de liberdade.

Capítulo 1- Maria Firmina dos Reis: uma pensadora do seu tempo

[...] disse ela – Não. Eu mesma. Ainda posso falar.

Maria Firmina dos Reis, *A Escrava* – fala de Joana

Maria Firmina dos Reis, filha de mãe escrava, passou em concurso público para o cargo de professora de primeiras letras, publicou um romance, contos, escreveu para jornais e compôs músicas. Uma mulher negra letrada que se fez presente na comunidade intelectual maranhense de sua época, mesmo vivendo em um Brasil escravocrata, inaugurou e manteve uma das primeiras escolas mistas e gratuitas do país. A autora, em suas obras antiescravagistas (*Úrsula* e *A Escrava*), criticou a hipocrisia da sociedade cristã que pregava o amor de Jesus enquanto aprovava a desumanidade do sistema escravocrata.

De acordo com dados biográficos conhecidos, Maria Firmina era filha de Leonor Felipa dos Reis (escravizada e alforriada) e de João Pedro Esteves (homem de posses e sócio do homem que foi senhor de sua mãe). O nome do pai de Firmina não consta no seu registro de nascimento, nem de batismo e aparece apenas no *Dicionário Bibliográfico brasileiro*, de Sacramento Blake (1900), e no seu registro de óbito (1917) o que pode indicar uma paternidade bastarda (PIRES, 2020, p. 37). Maria Firmina nasceu em São Luís do Maranhão em 1825, ainda jovem, passou em concurso público para professora de primeiras letras e muda-se para Guimarães, onde lecionou como professora pública de 1847 a 1881, quando se aposentou com 34 anos de magistério. Viveu parte de sua vida na casa de uma tia materna em melhor condição financeira. Importante ressaltar o fato de ter sido uma mulher educada, concursada para o magistério público, em pleno séc. XIX. Nunca se casou ou teve filhos biológicos, mas durante sua longa vida, adotou onze crianças e teve muitos alunos. (ZIN, 2016; SILVA, 2013)

Vale esclarecer uma imprecisão sobre a data de seu nascimento: segundo a principal pesquisa sobre sua vida e obra, realizada por Nascimento Morais Filho (1975), a autora teria nascido no ano de 1825. Entretanto, pesquisas recentes (MACHADO, 2019, p. 95) mostram que, para inscrever-se neste concurso público, e para assumir a cadeira de professora de primeiras letras, a autora teria apresentado nova certidão de justificação de batismo, na qual informa a data de nascimento como 11 de março de 1822, assim como o nome de sua mãe. Levando em consideração as informações do seu ano de nascimento retificado por ato de justificação apresentado pela própria Maria Firmina dos Reis ao realizar inscrição para o

cargo público, sua data de nascimento seria 1822. Maria Firmina viveu (e escreveu) durante quase um século, tendo vivido por mais de 90 anos. (LOBO, 2016)

Mesmo diante do seu pioneirismo como escritora do primeiro romance de autoria feminina e negra no Brasil, Maria Firmina só vem sendo reconhecida pelo grande público brasileiro a partir de meados dos anos setenta, quando sua obra literária foi redescoberta. Ainda hoje, em torno da sua vida e obra pairam alguns mistérios, tendo em vista quase um século de esquecimento histórico, filosófico e literário de sua existência. Deste modo, não temos nenhuma imagem oficial que possa representar a aparência da escritora, apenas um busto instalado em São Luís do Maranhão, baseado em descrições realizadas pelos seus ex-alunos e filhos adotivos.¹ O que, segundo a pesquisadora Régia Agostinho da Silva (2013) também não seria tão fiel assim a imagem real da autora:

Sobre o busto de Maria Firmina dos Reis, que foi feito levando em conta as informações coligidas por Nascimento de Moraes Filho de ex-alunos e filhos adotivos da escritora, acentuou-se a magreza da autora. O nariz afilado, os lábios finos, cabelos lisos, amarrados em coque, em nada parecendo a uma mulher negra ou mulata. No entanto, os seios bem avantajados, parece que o artista Flory Gama preocupou-se mais com a questão dela ser a única mulher a figurar no panteão do que necessariamente seguir os perfis de uma identidade negra. (SILVA, 2013, 97-98)

Inclusive, é importante ressaltar que, durante o processo de redescoberta da obra de Maria Firmina dos Reis, uma ilustração baseada em uma pintura da escritora Maria Benedita Bormann foi usada como se fosse uma imagem que representasse sua real aparência.

[...] por conta da ausência de imagens que consigam determinar, de fato, a real aparência da maranhense, é bastante comum nos depararmos com representações das mais diversas e que acabam sendo atribuídas a ela, mas que não condizem necessariamente com a realidade. O caso mais emblemático, sem dúvida, além de ser o mais recorrente, é a ilustração do busto da escritora gaúcha Maria Benedita Bormann [...]. De cor branca e sendo neta de Guilherme Bormann, um alemão da cidade de Hannover, Maria Benedita Bormann, até onde se pode supor, era bastante diferente de Maria Firmina, que era negra. (ZIN, 2016, p. 91)

¹ Em frente à Biblioteca pública Benedito Leite, em São Luís, foi instalado um busto de Maria Firmina dos Reis, criado pelo escultor maranhense Flory Gama. A escultura foi baseada em informações prestadas por Nhazinha Goulart e Eurídice Barbosa, para pesquisa biográfica realizada por Nascimento de Moraes Filho. (ZIN, 2018 p. 153)



Fonte das imagens: ZIN (2018)

A **imagem equivocada**, baseada na aparência da escritora gaúcha de pele branca, ainda hoje é de uso recorrente em trabalhos acadêmicos, congressos e até em sites institucionais. Segundo pesquisa a respeito da representação imagética de Maria Firmina dos Reis², Zin (2018), afirma que a ilustração de uma mulher usando joias, corpete, cabelo estruturado, demonstram uma característica elitizada, que não corresponde aos testemunhos sobre como seria a real aparência de Maria Firmina dos Reis. Isto é, no processo de redescoberta recente da autora houveram tentativas de embranquecimento de sua imagem. Da mesma forma, houveram tentativas de embranquecer outros autores pretos e mulatos, tais como Lima Barreto e Machado de Assis, Cruz e Souza, Mario de Andrade e Maria Carolina de Jesus por exemplo. Como se apenas pessoas brancas pudessem produzir conhecimento e cultura.

Contudo, porque Maria Firmina dos Reis, uma escritora negra oitocentista, seria de importância para um estudo filosófico?

O trabalho de Maria Firmina é de interesse para nós como estudiosos da filosofia pelo seu pensamento crítico sobre a sociedade brasileira no século XIX, imperial e escravocrata.

² Para mais informações sobre as imagens utilizadas para representar Maria Firmina dos Reis, consultar pesquisa de Rafael Balseiro Zin disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28915/17079>. Acesso em 05 de jan de 2023.

Mais recentemente, uma recriação da imagem da autora, foi elaborada digitalmente por **Waniel Jorge Silva**, a partir das descrições presentes na pesquisa de Nascimento Morais Filho (1975), e pode ser acessada em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em 02 de mar. 2023.

Em contrapartida, a autora defende a ideia que as relações humanas devem ser construídas com base no princípio da fraternidade, justificado pelo valor máximo de humanidade. Humanidade que é comum a todos e todas, sejam, homens, mulheres, pretos, brancos, ricos, pobres, todos igualmente humanos. A autora ainda aponta a hipocrisia e a incoerência da moral cristã que, ao mesmo tempo em que prega o amor ao próximo, fecha os olhos para o sistema escravocrata que desmoraliza a sociedade como um todo. Por meio de uma ética que rompe estereótipos racistas e fortalece valores de dignidade, fraternidade e liberdade há o resgate da humanidade como ponto central em suas obras antiescravistas.

O texto de Maria Firmina não esconde nem camufla a realidade da sociedade brasileira do século XIX, construída sob o sofrimento e a exploração de pessoas negras escravizadas, e que naturaliza a restrição da liberdade das mulheres. O Brasil da autora maranhense é um Brasil no qual raça e gênero definem o lugar que a pessoa ocupa na sociedade, mas a autora nos mostra que, apesar disso, nada pode definir quem essa pessoa é, o que pensa, como deve agir ou como se sente. Os personagens femininos e negros da autora são complexos e contam suas histórias, enquanto refletem sobre a sua própria condição. Mulheres refletem de maneira crítica sobre sua condição de “ser mulher” em uma sociedade patriarcal. Pessoas escravizadas refletem criticamente sobre a sua condição de privação de liberdade em uma sociedade escravocrata, mas cristã. Ou seja, os personagens marginalizados imaginados por nossa autora são conscientes e críticos a respeito da sua própria condição de subalternidade, em uma sociedade patriarcal e escravocrata.

Sendo negra, filha de mãe escravizada e com poucos recursos financeiros (características que, para época, certamente afastariam uma pessoa de uma vida intelectual ativa), em 1847, Maria Firmina tornou-se professora das primeiras letras³. Em 1881, ao se aposentar do serviço público, fundou uma das primeiras escolas mistas e gratuitas, no Brasil, que funcionou até o ano de 1882.

A professora Maria Firmina publicou o primeiro romance antiescravagista de autoria feminina no Brasil, fazendo das letras o seu meio de expressão de ideias e denúncia das injustiças sociais que testemunhava. Por seus textos, podemos conhecer a realidade cotidiana de um Brasil escravocrata, e perceber temas de interesse histórico, sociológico,

³ Não se sabe ao certo como Maria Firmina teria obtido sua instrução, provavelmente ela tenha sido autodidata, mas segundo o seu principal biógrafo, Nascimento Moraes Filho (1975), ela obteve ajuda de uma tia de melhores condições financeira para que pudesse estudar.

literário e filosófico, incluindo questões éticas, estéticas, epistemológicas e políticas. Temas que permanecem atuais, como o debate sobre o patriarcado e o poder dos homens, a desumanização das pessoas negras, a submissão das mulheres, a saúde mental do povo negro, e as memórias perdidas durante o processo de dominação da população negra.

1.1. Resgate literário: uma batalha da memória

*Os olhos dos nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
de nossa dolorida memória.*

Conceição Evaristo - Poemas da recordação e outros movimentos

Autora de *Úrsula* (1859), primeiro romance publicado por uma mulher negra no Brasil, Maria Firmina também escreveu para jornais literários locais, nos quais assinava com suas iniciais: MFR. Publicou, em seguida, *Gupeva* (1861), seu conto indianista, no jornal, *Jardim dos Maranhenses*. A escritora, também poetiza, escreveu poesias que podemos ter acesso nos seu *Cantos à beira-mar* (1871), livro de poemas, dedicado à sua mãe. Vinte e oito anos após a publicação de *Úrsula*, Maria Firmina publica o conto *A Escrava* (1887), na Revista Maranhense, revelando aqui uma autora madura e engajada politicamente, uma vez que o conto foi publicado meses antes da promulgação da lei de abolição da escravatura no Brasil, em 1888.

O conto *A Escrava* reafirma o caráter abolicionista da autora, ratificando e atualizando ideias antiescravagistas já esboçadas anteriormente, em *Úrsula*. Nossa maranhense também nos deixou composições de música clássicas e populares, entre elas o *Hino de Libertação dos escravos*. A escritora, inclusive, participou da *Antologia Poética Parnaso Maranhense*, assim como possui uma seleção de registros e memórias organizadas em forma de um diário.⁴ Toda esta produção literária ficou dispersa e de difícil acesso por gerações de potenciais leitores e estudiosos, uma vez que, mesmo tendo certa visibilidade na imprensa de sua época, após sua morte a obra de Maria Firmina deixou de ser divulgada.

Em razão deste apagamento, uma das maiores escritoras negras do Brasil ficou durante muito tempo desconhecida do público em geral. Por conseguinte, o que se sabe da

⁴ O Álbum (DIÁRIO/1853-1903) é uma seleção de pequenos textos de Maria Firmina redigidos entre os 30 e 81 anos de idade da autora, o diário recebeu esse título ao ser publicado em 1975, por Nascimento Moraes. Para saber mais: <https://mariafirmina.org.br/album/>.

sua vida ainda está sendo pesquisado, discutido e reavaliado. Logo, percebemos que as pesquisas recentes são importantes para que possamos conhece-la, uma vez que, muitas informações ao seu respeito podem ter sido perdidas, chegaram a nós incompletas ou de maneira confusa, como a data de seu nascimento, sua fisionomia relatada por testemunhas ou representações artística produzida sobre sua figura, como já dito anteriormente.

Tendo publicado seus textos, contos e poesias no formato de folhetins em jornais e revistas⁵ da época, entendemos que nossa autora teve certo reconhecimento público em vida. Todavia, após sua morte, a vida e obra desta maranhense mergulharam em um mar de esquecimento, que só começa a ser revertido em 1975 com a publicação de pesquisa de Nascimento de Moraes filho, sobre sua obra e vida.

O resgate literário da escritora iniciou-se quando o bibliófilo Horácio de Almeida encontrou um exemplar de *Úrsula* em um sebo, no Rio de Janeiro, em 1962. Uma curiosidade é que mesmo com o livro em mãos Horácio de Almeida não conseguia identificar a autoria, já que o livro original não possuía o nome da autora: Maria Firmina assinou o livro apenas com o pseudônimo: "uma maranhense". Pseudônimo este que apesar de expor o seu gênero e naturalidade, ocultava a sua identidade. Surpreendendo o bibliófilo, o texto de 1859 havia sido escrito por uma mulher, e mulher nordestina, o que o tornava muito interessante haja vista a temática ousada para época. Desta forma, Horácio de Almeida deu início a uma investigação literária a respeito da misteriosa autora de *Úrsula*, como um enigma a ser descoberto, conforme Foucault:

[...] discursos "literários" não podem mais ser aceitos senão quando providos da função autor: a qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntara de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece dependem da maneira com que se responde a essas questões. E se, em consequência de um acidente **ou de uma vontade explícita do autor, ele chega a nós no anonimato, a operação é imediatamente buscar o autor.** O anonimato literário não é suportável para nós; só o aceitamos na qualidade de enigma. (FOUCAULT, 2006, p. 16, *grifo nosso*)

É importante destacar que, ao assinar sua principal obra com o pseudônimo, a autora coloca-se em um segundo plano: enxergamos primeiro a obra, depois pensamos na autoria.

⁵ Maria Firmina publicou nos seguintes jornais: *O jardim dos Maranhenses*, *A Revista Maranhense*, *A Imprensa*, *A Verdadeira Marmota*, *Eco da Juventude*, *Porto Livre*, *O Domingo*, *Diário do Maranhão*; *Pacotilha*, entre outros.

Outra questão a se considerar é a escolha da autora por “uma maranhense” e não pelas suas iniciais (MFR): ao assinar *Úrsula*, a autora prefere um pseudônimo que não deixa dúvida sobre o seu gênero e sobre a sua origem: é uma mulher; e mulher maranhense.

Em outras palavras, o pseudônimo escolhido traz informações importantes para localizar o discurso dentro de uma experiência própria da narradora, que é um devir-mulher⁶, um devir-escritora, um devir-maranhense. Sua existência e vivência já estão colocadas no pseudônimo, iluminando a experiência da população de subalternizados, clamando por outro destino. A Pesquisadora Ana Carla Carneiro Rio (2015) esclarece que “*ao assinar o romance sob o pseudônimo ‘uma maranhense’, a autora apropria-se do discurso para denunciar os abusos cometidos a negros e mulheres, bem como o preconceito de um romance de autoria feminina*” (RIO, 2015, p. 119).

Apenas ao consultar o Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro de Sacramento Blake⁷, Horácio de Almeida⁸ encontra a resposta do “enigma maranhense”: a autora de *Úrsula* era Maria Firmina dos Reis, professora negra, que viveu no século XIX. Somado a isso, no ano de 1973, o jornalista e poeta maranhense Nascimento de Moraes Filho se depara com citações sobre Maria Firmina dos Reis entre periódicos do século XIX. Desta maneira, descobre que a mulher que aparecia de forma esporádica nos jornais havia publicado o romance “*Úrsula*”. A partir disso Moraes Filho embarca na busca de uma edição do romance e, finalmente, o localiza com Horácio de Almeida. (Agostinho, 2013, p. 90)

Para descobrir mais sobre a vida da autora de *Úrsula*, Nascimento Moraes Filho, viaja à Guimarães-MA para realizar uma extensa pesquisa com base em documentos e entrevistas sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis. Esta pesquisa vai dar forma à principal fonte biográfica sobre Maria Firmina, tendo sido publicada em 1975 sob o título: “***Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida***”. A biografia reúne seus principais

⁶ Formulado a partir do conceito de devir-mulher presente em Mil Platôs 4 (1997), Deleuze e Guattari- todos os devires passariam pelo devir-mulher, como forças pequenas, mas afetantes que trazem a diferença ao mundo, quando podem tornar-se o que são.

⁷Na sua busca pela solução do enigma de autoria Horácio de Almeida observou ainda a falta de menções à autora nos estudos críticos da literatura maranhense oitocentista, o único crítico que de fato menciona Maria Firmina é Sacramento Blake⁷ (considerado o seu primeiro biógrafo).

⁸A primeira Edição do exemplar raro de *Úrsula*, encontrado em um sebo por Horácio de Almeida, foi doada ao Estado do Maranhão. E no ano de 1975 Horácio de Almeida edita e publica uma edição fac-símile do romance, que foi divulgada e comercializada.

textos e informações sobre sua vida, assim como, entrevistas realizadas com seus filhos adotivos e ex-alunos.

Considerando o grande valor da produção literária de Maria Firmina e o seu apagamento por tantos anos é inevitável o questionamento a respeito das razões que teriam contribuído para que a obra da escritora maranhense fosse esquecida. Eduardo de Assis Duarte (2019) nos sugere, em seu posfácio da edição comemorativa de *Úrsula*⁹ **quatro motivos possíveis para o apagamento literário em torno da produção literária da autora**, são eles: a) ausência de assinatura, b) indicação de autoria feminina, c) distante localização geografia e d) tratamento inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro. (DUARTE, 2019). De fato, todas essas razões podem ser consideradas para justificar o apagamento literário da autora, cabe refletir um pouco a respeito dessas hipóteses.

Primeiramente, sobre a falta de assinatura, sabemos que para publicar em jornais literários Maria Firmina costumava usar suas iniciais – MFR - ou o pseudônimo - “Uma Maranhense” -, e mesmo quando assinava o seu nome completo o fazia de maneira modesta. Como podemos perceber no prólogo de *Úrsula*, na qual a autora declara: “não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor”. Nas próximas seções iremos discorrer melhor sobre a relação da autora com a condição do anonimato¹⁰, mas desde já podemos compreender que ela evitou a assinatura dos seus textos, o que dificultou a sua posterior identificação.

A segunda razão citada por Duarte (2019) é o fato de ser uma mulher que escreve em um Brasil oitocentista extremamente patriarcal. Sobre isso, podemos lembrar que no prólogo de *Úrsula*, a escritora, com certa ironia, demonstra que a sua obra poderia ser considerada de menor valor, por ser escrita por uma mulher: “*sei que pouco vale este romance, escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustrados [..]*”. Desta forma, podemos perceber que a própria autora tinha consciência de que o seu texto poderia não ser bem recebido ou ridicularizado, pelo fato de ter sido escrito por uma mulher. Esta pode ser uma justificativa para que Maria Firmina tenha evitado assinar diretamente os seus textos, como uma forma de proteção.

⁹ Reimpressão de *Úrsula* em comemoração aos 150 anos de sua primeira edição, posfácio por Eduardo de Assis Duarte: Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira.

¹⁰ Seção 3.2.2 Anonimato.

Sobre a localização geográfica, mesmo tendo sido publicado em jornais e revistas maranhenses o trabalho da autora não teve uma ampla divulgação nacional, embora a província do Maranhão fosse reconhecida por sua potência literária, sendo apelidado de *Athenas Brasileira*. Entretanto, podemos citar autores maranhenses conhecidos, como por exemplo: Gonçalves Dias, Graça Aranha, Aluísio Azevedo e tantos outros literatos e poetas renomados. Tendo isso em vista, podemos nos perguntar: porque autores maranhenses do sexo masculino foram nacionalmente reconhecidos e o mesmo ocorreu apenas muito recentemente com Maria Firmina dos Reis? Se tivesse produzido e publicado ou divulgado na capital a realidade seria outra? Ou melhor, se um homem - “um maranhense”- tivesse publicando na mesma localidade, na mesma época, o mesmo texto, a recepção seria diferente?

A respeito do seu apagamento literário ter ocorrido devido à temática inovadora para época, na forma do estilo romântico amplamente utilizado, ao lermos a obra de Maria Firmina podemos notar críticas diretas à sociedade escravocrata e ao patriarcado. Portanto, contando que foi publicado em uma sociedade bastante conservadora do Séc. XIX, *Úrsula* é sim uma obra inovadora, principalmente considerando-se que é um texto oitocentista. Já o conto *A Escrava*, com linguagem mais direta, vai apresentar o problema moral da escravidão de maneira bem mais contundente e propositiva do que o romance *Úrsula*. Levando isso em conta, uma quinta hipótese, não mencionada explicitamente por Eduardo de Assis Duarte, mas que formulo aqui, é o fato da autora ser uma mulher negra, que dá voz a personagens igualmente negros como narradores de suas próprias histórias.

Pensemos no seguinte cenário: uma mulher negra, filha de mãe alforriada, se torna professora; e publica, em 1859, um livro que retrata a crueldade e desumanidade do sistema escravocrata no Brasil, isto no Maranhão oitocentista, uma província brasileira na qual cerca da metade da população era composta por escravos¹¹. Certamente, a escrita dessa mulher, ao dar voz a essa grande massa de cativos, possui uma força política que incomoda. No entanto, como o talento para a escrita, e a erudição da autora eram notáveis, não foi possível ignorar a obra de Maria Firmina dos Reis em vida. Todavia, após o seu envelhecimento e morte, ela foi gradualmente sumindo da memória social literária. Uma vez que a narrativa literária firminiana não endossava a narrativa nacional adequada aos interesses da classe

¹¹Segundo a tese de doutorado de Régia Agostinho da Silva (2013, p. 18) a Companhia Grão-Pará e Maranhão trouxe milhares de negros escravizados para a Província do Maranhão, o que tornou metade da população maranhense constituída por pessoas escravizadas, ainda no início do século XIX.

dominante da época, não interessava dar voz aos negros, às mulheres ou aos demais marginalizados.

Úrsula é um romance que se inicia com um jovem negro escravizado salvando um jovem branco, o negro possui um coração tão puro quanto o do branco. Já o conto *A Escrava* tem início em um salão no qual uma mulher discursa sobre a escravidão descrita como "o cancro que destrói a sociedade", o senhor escravocrata aparece na posição de "algoz". Maria Firmina não só condena a escravidão, ela apresenta o bom caráter de seus diversos personagens negros como pessoas honestas, bondosas, generosas e inteligentes. Todavia, estes personagens íntegros aparecem sujeitos ao sistema escravocrata, dessa forma, a autora aponta a escravidão como essencialmente desumana e injusta, ou seja, problematiza a escravidão moralmente. Conforme Régia Agostinho da Silva:

Os escravos firminianos, mesmo sendo vítimas de várias vilanias, mantinham seu caráter inalterado e eram gratos com aqueles que se mostravam bondosos e generosos com eles. Eram resignados, mas, como já dissemos, nunca algozes. Resignação essa que não significava que eles esqueceram o mal que lhes foi feito e, ao narrarem, rememorarem, denunciavam a escravidão e revoltavam-se com a "mente que não podia ser escravizada". (SILVA, 2017, p. 53).

Tais narrativas certamente não eram interessantes para a construção da memória coletiva daquela época, principalmente tendo origem na potente escrita de uma **mulher negra**. E a nossa autora utiliza a lógica do próprio colonizador para criticar a escravidão, ao devolver argumentos baseados na moral cristã e na ideia de amor ao próximo. Tais críticas estavam na fronteira do indizível, visto que essas ideias eram inaceitáveis como história oficial, se tornando uma memória subterrânea. A imagem majoritária de nossa sociedade brasileira sobre a escravidão se tornou o "mito da democracia racial", ¹²uma hipocrisia moral que prega que a escravidão no Brasil foi menos cruel do que em outros países, graças a miscigenação.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a

¹² Segundo o mito, a miscigenação no Brasil teria resultado em uma sociedade com oportunidades iguais para todos, independentemente da cor, sendo assim o mito oculta as desigualdades e perpetua a marginalização das pessoas negras. Na obra "Casa-grande e Senzala"(1933) de Gilberto Freyre podemos encontrar essa visão positiva da miscigenação de raças no Brasil e uma certa romantização das relações entre escravizados e senhores.

imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLACK, p. 06, 1989).

Segundo Lélia Gonzalez (2018, p. 35-36), o efeito maior do “mito da democracia racial” é a crença de que, no Brasil, o racismo não existe graças ao processo de miscigenação. Esse raciocínio leva a crer que os portugueses foram superiores aos demais colonizadores, tendo em vista a mistura de raças. O que não foi levado em consideração na construção do mito é que miscigenação foi, na maioria das vezes, fruto da violência, visto que a mulher negra escravizada era considerada uma propriedade, que poderia ser violada livremente por seus senhores. Deste modo, as ideias que contestassem ou criticassem a narrativa oficialmente aceita, precisavam ser abafadas, silenciadas e paulatinamente esquecidas.

Memória e esquecimento são aspectos intimamente ligados e também são aspectos políticos: é certo que não é possível lembrarmos de tudo, então, aquilo que será lembrado ou esquecido pelas próximas gerações não é aleatório, uma vez que é com o equilíbrio do que é lembrado e do que é esquecido que temos a realidade amplamente aceita, a história oficial. Segundo Ricoeur (2003): “[...] *ao lugar do esquecimento no campo que é comum à memória e à história; deriva da evocação que acaba de ser feita do dever de memória: este pode ser igualmente expresso como um dever de não esquecer*”.

Quando Maria Firmina dos Reis, por meio de sua escrita, dá voz à preta Susana em *Úrsula*, que recorda e narra o seu sequestro desde a África por bárbaros brancos, e sua triste viagem transatlântica até o Maranhão, ela cumpre "**o dever de não esquecer**". Clarissa dos Santos Pinto Pires (2020) comenta que a batalha da memória tende a desempenhar um papel cada vez mais importante e, neste sentido, os trabalhos a respeito de Maria Firmina devem ser colocados em evidência:

[a batalha da memória] tende a desempenhar papel cada vez mais importante na vida política brasileira e deve ser colocada em evidência para tratar dos trabalhos em torno de Maria Firmina. É algo bem menos ingênuo do que costuma figurar, envolvendo embates das forças sociais sobre o presente/futuro, dominantes/dominados no tratamento dos indivíduos, dos povos, das culturas, das geografias e dos eventos para a produção do conhecimento histórico, onde uns [dominados] são preteridos em favor de outros [dominantes] e ficam sujeitos muitas vezes ao silêncio, ao esquecimento, à amnésia no bojo das sociedades (PIRES, 2020, p. 22).

De certo, a amnésia coletiva acerca da vida e a obra de Maria Firmina, não é o ingênuo esquecimento de uma autora oitocentista “que não foi boa o suficiente para ser lembrada”, é o esquecimento a respeito de um passado brasileiro escravocrata e da nossa ancestralidade negra apagada. Vale Lembrar que no período pós-abolição, no ano de 1890, o então Ministro das Finanças, Rui Barbosa, por meio de um decreto, mandou incinerar os documentos a respeito da escravidão no Brasil. Ou seja, o apagamento da história dos escravizados foi algo institucionalizado. No trecho abaixo, a historiadora Lilia Schwarcz (2010) comenta sobre a incineração dos registros e sobre o nosso costume de maquiarmos a história da escravidão como algo superado:

Ao contrário de outras nações, onde o passado escravocrata sempre lembrou violência e arbítrio, no Brasil a história foi, durante muito tempo, reconstruída de forma positiva e alentadora, mesmo encontrando pouco respaldo nos dados e documentos pregressos. Em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa - então ministro das finanças - ordenou que todos os registros sobre escravidão, existentes em arquivos nacionais, fossem queimados. Se a empreitada não teve - como sabemos - sucesso absoluto, e não foram, por certo, eliminados todos os documentos, o certo é que se procurava esquecer um determinado passado e o presente significava um novo começo, a partir do zero. Desde então, uma narrativa romântica, que falava de senhores severos, mas paternais, e escravos submissos e serviçais, encontrou terreno fértil, ao lado de um novo argumento que afirmava ser a miscigenação alargada existente no território brasileiro um impeditivo para as classificações muito rígidas, apenas bipolares: negros de um lado; brancos de outro. (SCHWARCZ, 2010, p. 80).

Ricoeur (2003, p. 5) nos explica que “*a memória coletiva não está privada de recursos críticos; os trabalhos escritos dos historiadores não são os seus únicos recursos de representação do passado; concorrem com outros tipos de escrita: textos de ficção, adaptações ao teatro, ensaios, panfletos*”. Ao dar voz aos nossos antepassados (tanto reais quanto fictícios) a nossa autora promove o resgate da memória de um povo, e nos ajuda a reconstruir um período apagado de nossa história, como nação violentamente colonizada. Assim, ao silenciar Maria Firmina dos Reis, aqueles para quem ela empresta sua voz também são silenciados: mulheres em geral e homens negros.

Sendo assim, o fato de a autora ser uma **mulher negra**, combinado com a **ousadia de sua escrita, crítica para com as injustiças sociais**, ao dar voz a personagens **negros e mulheres**, pode ter sido um fator determinante para o seu apagamento literário, uma vez

que a história desses personagens faz parte da história de um Brasil esquecido. Desta forma, um dos possíveis motivos para o apagamento literário de Maria Firmina dos Reis, seria o desconforto gerado por uma **mulher negra letrada** apresentando personagens negros que contam as suas próprias histórias, **narram a si próprios**, como protagonistas de suas vidas, em pleno séc. XIX. Sobre isso, podemos nos utilizar das ideias de Ricoeur (2003) para compreender melhor os motivos acerca do apagamento da autora oitocentista.

Para falarmos de re-apropriação do passado histórico, é preciso falarmos igualmente da privação dos atores do seu poder originário, o de narrarem-se a eles próprios. É difícil destrinchar a responsabilidade pessoal dos atores individuais, das pressões sociais que trabalham subterraneamente a memória coletiva. Essa privação é responsável por esta mistura de abuso de memória e de abuso de esquecimento que nos levaram a falar de demasiada memória aqui e de demasiado esquecimento ali. (RICOEUR, 2003, p. 07).

Portanto, através da escrita firminiana podemos conhecer um Brasil imperial no qual viveu a própria Maria Firmina dos Reis, e também: sua mãe (que foi uma mulher escravizada e posteriormente alforriada), sua tia, sua avó, as crianças que ela educou, e aquelas que ela adotou. Podemos conhecer também as mulheres e os homens que ela conheceu em vida, e aqueles e aquelas que ela imaginou. Sendo assim, percebemos que o texto da escritora, mesmo sendo um texto literário, é porta-voz de memórias, em testemunhos ficcionados. Desta forma, Maria Firmina, por meio de sua escrita, contesta narrativas oficialmente aceitas.

1.2. Memória, escrevivência e autorrecuperação

*[...] afirmei que invento sim, sem o menor pudor.
As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas.*

Conceição Evaristo – Da construção de Becos

Quando a história é negada, o que resta é a literatura: a ficção da vida real ou a realidade da vida imaginada. bell hooks (2019) nos ensina que a linguagem, mesmo sendo a língua do dominador é um lugar de luta:

A linguagem é também um lugar de luta. Eu era apenas uma garota me tornando mulher quando li as palavras de Adrienne Rich: "essa é a linguagem do opressor, porém eu ainda preciso falar com vocês" [...] A linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem - para reescrever, reconciliar,

renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação – uma resistência. A linguagem é também um lugar de luta. (HOOKS, 2019, p. 73).

Por meio da Literatura, Maria Firmina nos presenteou com histórias de suas experiências e escrevivências, que nos levam a imaginar o Maranhão de sua época: como as pessoas viviam, como pensavam. E principalmente, o que era a escravidão do ponto de vista das pessoas escravizadas, e não do escravocrata. Barbosa (2019) observa o modo que:

[...] a autora, “mulher brasileira”, denomina sua obra como “mesquinha e humilde” a ser recebida ou pela frieza da indiferença ou pelo deboche e chacota dos superiores “que aconselham, que discutem e que corrigem”. A autora admite sua desvantagem de educação – nem deseja se comparar a esses ilustres senhores – pelo contrário informa que tem pouca bagagem intelectual pois conhece apenas a “língua de seus pais”. (BARBOSA, 2019, p. 36).

Assim como Conceição Evaristo utiliza vivências de uma coletividade em sua escrita, Maria Firmina também utiliza sua vivência e a língua de seus pais para nos contar “histórias inventadas”. Ficções que se mostram brutalmente reais, uma vez que na escrevivência, pode ser pensada o processo literário de ficcionar a realidade corriqueira de um grupo social relegado à invisibilidade. Conceição Evaristo explica no eu prefácio de *Becos da Memória*: “Entre ao acontecimento e a narração do fato, há um espaço de profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em becos da memória é verdade, nada que está narrado em becos da memória é mentira”. (EVARISTO, 2017).

Por meio dessa literatura de escrevivência, realidades vividas são apresentadas como realidades legítimas, mas igualmente ficcionais. Na escrevivência é possível a exposição da realidade enfrentada todos os dias pelos subalternizados, assim a literatura se torna uma forma de expressão daqueles que foram silenciados pelo processo de subalternização e colonização. Na literatura brasileira podemos lembrar de alguns nomes que fizeram da ficção um espaço possível para denúncia de duras realidades, esquecidas ou veladas. Conceição Evaristo fez isso com o seu *Beco da Memória*, Ana Maria Gonçalves fez isso com o seu *Defeito de cor*, Itamar Franco vem na mesma linha de escrita-memória, com o seu *Torto Arado*.

Mas antes destes escritores contemporâneos fazerem da literatura um ambiente de desvelamento da realidade pouco contada da população negra no Brasil, bem antes destes

autores, existiu e escreveu: Maria Firmina dos Reis. Como primeira autora de romance antiescravagista no Brasil, Firmina foi a precursora da escrita-memória afro-brasileira ao inaugurar o gênero e a escrita de combate e de libertação. No seu já citado prólogo de *Úrsula*, Maria Firmina convida outras mulheres para escrita: “*sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras*”, diz a autora. Todavia, apenas muito recentemente possuímos as ferramentas do feminismo negro, da teoria literária sobre literatura afro-brasileira e das filosofias africanas e afro-diaspóricas para apreciar melhor as contribuições de Maria Firmina.

Neste sentido, bell hooks (2019) explica-nos sobre a importância de as pessoas negras aprenderem a falar por si mesmas, contarem suas histórias, decidirem quem são e como vão se apresentar ao mundo. Devemos sempre considerar que as experiências de grupos dominados foram, até então, contadas pelos seus dominadores. Sendo assim, hooks (2019, p. 101) afirma que devemos ter cuidado ao escrever sobre a experiência de grupos dos quais não fazemos parte. Devemos pensar sobre a ética de nossas ações de maneira crítica, sempre ponderando: será que esse trabalho será usado para perpetuar ou reforçar a dominação?

Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história. Como objetos a sua realidade é definida por outros, a sua identidade é contada por outros, sua história só é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos. (HOOKS, 2019, p. 100).

No movimento do discurso de objeto para sujeito, os dominados ganham voz, uma voz libertadora. Esse processo é o que bell hooks (2019, p. 77) chama de autorrecuperação, que ocorre quando há o esforço do oprimido em conscientizar-se das forças que o exploram e oprimem. Esse esforço envolve reviver as dores e limitações para, posteriormente, expressá-las e trazer a experiência de toda uma coletividade. Dessa forma, o oprimido se reinventa e se reencontra.

Eu estava particularmente indecisa sobre a palavra “autorrecuperação”, a insistência contida nela de uma incompletude do ser – chamado aqui de eu - está presente, é possível, que temos que experimentar, que é um estado para o qual podemos regressar. Eu queria saber no meu coração se isso era verdade para o oprimido, o desumanizado, que as condições para a completude, o eu completo, existam

anteriormente à exploração e à opressão, um eu que pudesse de fato se restaurar, recuperar. (HOOKS, 2019, p. 77).

Deste modo, Maria Firmina utiliza as ferramentas de linguagem do opressor para dar voz ao oprimido e da visibilidade a memórias silenciadas. Nesse resgate, surge um novo eu, um sujeito que não é mais definido, mas que se define por si mesmo, resultando em um sujeito recuperado e restaurado.

No próximo capítulo, examinaremos com mais atenção as relações entre Literatura e Filosofia do ponto de vista de uma filosofia decolonial. Com isso, poderemos retomar o estudo sobre as ferramentas que Maria Firmina utilizará para abordar a questão da escravidão das pessoas negras como um problema moral.

Capítulo 2 - Literatura e filosofia

“O nosso romance, gerou-o a imaginação”

Maria Firmina dos Reis - prólogo de *Úrsula*

Em seu livro *Poesia e Filosofia*, a filósofa espanhola María Zambrano (2021) nos lembra que, ao longo da nossa cultura ocidental, a poesia e a filosofia se enfrentaram com toda a gravidade, cada uma delas querendo ocupar eternamente para si a posição de acolhedora da alma. (ZAMBRANO, 2021, p. 13). Esse embate da filosofia com a poesia se origina, segundo Zambrano, de outro embate decisivo entre a razão e a imaginação. A razão seria o caminho para o real, e a imaginação o caminho do irreal, da fantasia e da loucura.

Por outro lado, o filósofo-literato Albert Camus (2010) em seu *Ensaio sobre o absurdo*, nos ensina que “pensar é querer criar um mundo” e que “criar é querer viver duas vezes”. Segundo o autor, todo filósofo é criador, a criação é algo inerente da ação de pensar. Camus vem trilhando essa reconciliação entre razão e imaginação, pois elas seriam duas faces da mesma moeda:

Pensar é, antes de tudo, querer criar um mundo (ou limitar o seu, o que vem a dar no mesmo). É partir do desacordo fundamental que separa o homem de sua experiência para encontrar um terreno de interpretação conforme sua nostalgia, um universo espartilhado de razões ou aclarado de analogias que permite resolver o divórcio insuportável. O filósofo, mesmo se for Kant, é criador. Tem os seus personagens, seus símbolos e sua ação secreta. Como tem seus desenlaces. Inversamente, o passo adotado pelo romance em relação à poesia e ao ensaio representa apenas, e apesar das aparências, uma intelectualização maior da arte. (CAMUS, 2010, p. 72).

O autor também nos lembra que os grandes romancistas são romancistas filósofos citando: Balzac, Sade, Melville, Stendhal, Dostoiévski, Proust, Malraux, Kafka, entre outros. Desta forma, filosofia e literatura podem mesclar-se, confundir-se. Pode haver um pouco de literatura na filosofia, ou pouco de filosofia na literatura, e por vezes elas estão tão harmônicas que parecem parte de uma coisa só, como nos diálogos platônicos.

2.1. Por filosofias além do cânone

A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta "profundidade" quanto um tratado de filosofia. Nós tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história, mas também graças a uma decisão em que empenhamos nossa vida, e nos dois casos trata-se de um ato violento que se verifica exercendo-se.

Merleau-Ponty - Fenomenologia da percepção

Na história da filosofia ocidental, de acordo com o cânone, a filosofia teria data de nascimento, lugar e parturiente, que seria o primeiro filósofo: Thales de Mileto. Aceitando o cânone, o nascimento da filosofia seria precisamente na Grécia, entre os séculos VI e V a.C., onde o pensamento mítico foi substituído pelas explicações racionais/naturalistas do real. (LOPES, 2014, p.28). Neste sentido, mito e razão, ao invés de serem considerados duas faces da mesma moeda, são postos como incompatíveis: para que razão progrida é necessário que o mito seja repudiado. Uma vez que, apenas por meio da razão seria possível alcançar a verdade. Entretanto, muitos pensadores irão discordar que exista uma barreira tão clara entre a razão¹³ e o mito:

“O surgimento da filosofia é, na verdade, a irrupção do lógos para o lógos como lógos. Ela não é superação, entendida vulgarmente como recusa e negação, do mito e, então, afirmação do racional contra o irracional. Não. Filosofia sabe e vê que mito é lógos, isto é, sentido, e ela só e tão só quer entender, ver o mito, este lógos, como lógos.” (FORGEL, 2015, p. 185).

Sendo os mitos as narrativas primordiais que buscam explicar fenômenos e dar sentido ao universo, os demais tipos de narrativas tem uma relação direta com essa narrativa original, mas sem necessariamente construir significado para a existência. O mito se desdobra em literatura. O que era oral passa a ser escrito, o que era sagrado passa a ser humano. O que era de autoria diluída, passa a ter autoria pessoal.

Contudo, as formas de enxergar e explicar o mundo são diversas, e esta analogia entre o mito e razão só faz sentido se estivermos estudando filosofia antiga, que é

¹³ Em grego: *lógos*

considerada o berço da filosofia ocidental. No entanto, existem outras filosofias além do cânone, filosofias que têm como característica comum o propósito de explicar o mundo que percebemos e como o percebemos: filosofias africanas, filosofias orientais, filosofias dos povos originários, filosofias feministas, entre outras. Filosofias que precisam ser reconhecidas para que seja possível dialogar com elas, construir a partir delas:

O reconhecimento não é uma mera questão de cortesia. Ele é a realização filosófica da pluriversalidade do ser. Deste modo, o diálogo pertence ao mais íntimo significado da palavra filosofia. Ele é a obrigação moral e científica de reconhecer a existência de filosofias que não sejam a nossa própria. Ele é o convite para estudar outras filosofias. (RAMOSE, 2011, p. 15).

Filosofias considerados além do cânone, muitas vezes, são posicionadas à margem do que entendemos por “Filosofia” (filosofia ocidental). Ramose explica que a exclusão dessas filosofias particulares da “Filosofia” não acontece de uma forma despretensiosa, pois esta supressão faz parte de um sistema de manutenção de poder que reivindica para si a autoridade para definir o que é conhecimento.

Reivindicar a posse da chave para o conhecimento deste modo é pretender possuir o poder de determinar o destino dos outros. Isto constitui a filosofia como um terreno prático e intelectual de luta pelo poder sobre as vidas e destinos dos outros. Neste contexto, a filosofia não se torna inquietação. Ao invés disso, ela é revelada como a necessidade ontológica de continuar a ser. (RAMOSE, 2011, p. 7).

Segundo Ramose, entender a relação entre a autoridade de definir o que é (e principalmente o que “**não é**”) objeto de conhecimento filosófico e as relações de poder construídas ao longo da história da humanidade é algo fundamental. Visto que, quem tem essa autoridade tem o poder de conferir relevância e significado aos objetos definidos. Ao definir categorias de pensamento que excluem a produção de conhecimento dos subalternizados (povos africanos, mulheres, indígenas, orientais, etc.) outras filosofias possíveis são descartadas do que entendemos como filosofia. Ramose denomina essa exclusão de formas de pensamento não ocidentais como **epistemicídio**: “*Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados*”. (RAMOSE, 2011, p. 3).

Desta forma, a autoridade de definir a própria África, o pensamento e a cultura dos povos africanos, deixa de pertencer àqueles povos, e passa a pertencer a quem tem

autoridade para construir conceitos: o colonizador. A obra de Maria Firmina vai na contramão dessa ação epistemicida do conhecimento e cultura dos povos negros, ao dar voz, por meio de sua literatura, a pessoas marginalizadas que supostamente não seriam capazes de serem produtoras de pensamento, história, reflexão e muito menos possuidoras de moralidade.

Todavia, em sua obra, a autora maranhense legitima formas possíveis de conhecer e viver, que foram silenciadas pela violência da colonização, pela desumanização dos povos colonizados e pelo sistema escravocrata que durou oficialmente por mais de 350 anos no Brasil, o qual ainda hoje deixa marcas profundas em nossa sociedade. Ramose vai denominar a Filosofia africana, e outras filosofias marginalizadas, como “**filosofias da libertação**” (Ramose, 2011). Ao consideramos o pensamento ético de Maria Firmina, observamos o resgate da humanidade dos povos da diáspora africana por meio de uma ética antirracista como uma forma específica de libertação decolonial.

Ramose também nos ensina que a colonização estava apoiada em **dois pilares**: o primeiro: **a religião cristã**, que demandava que todas as pessoas do planeta deveriam ser convertidas, mesmo que contra sua vontade. E o segundo pilar: **a ideia filosófica de que os seres humanos são dotados de razão**. Entretanto, a ideia de homem como um animal racional não se estendia necessariamente aos africanos, aos ameríndios, e muito menos todas as mulheres, fossem elas negras, indígenas ou brancas. Isso ocorre por uma **fissura no conceito de humanidade** que, ao mesmo tempo em que separa o homem da natureza, cria subgrupos dentro deste grande conceito de humanidade, e sendo assim, algumas categorias de humanos teriam “mais humanidade” do que outras. Desta forma, a dúvida sobre a existência da Filosofia Africana é, fundamentalmente, um questionamento acerca do **estatuto ontológico da humanidade dos negros africanos**. (Ramose, 2011, p. 2)

O ceticismo acerca da humanidade das pessoas negras e o apoio da Igreja Católica, serão as bases que sustentarão a escravidão transatlântica e o respectivo epistemicídio dos povos africanos.

Uma vez que os africanos não são propriamente seres humanos, como firmava o raciocínio, havia uma medida própria e condizente com o tratamento subumano empreendido em relação a eles. De acordo com isto, a escravização dos africanos foi tanto uma necessidade lógica quanto um imperativo prático para satisfazer as necessidades psicológicas e materiais do

colonizador. O comércio escravocrata transatlântico nasceu desta lógica. (RAMOSE, 2011, p. 3),

Ramose complementa o argumento explicando que a exclusão de outras filosofias da “Filosofia”, está em busca de outros fins que não a própria filosofia, como relação de amor com o saber. Trata-se de uma tentativa de reivindicar, para os dominadores, o direito de serem eles os legítimos detentores *"do significado da experiência, do conhecimento e da verdade para todos"* (RAMOSE, 2011, p. 6). Assim, a colonização epistêmica é um projeto de universalização da verdade do colonizador, que apaga, silencia, desqualifica e subalterniza os saberes e as culturas das populações dominadas. Sendo assim, há um processo doloroso para possibilitar o resgate de conhecimento sufocados, mobilizando as forças criativas dos dominados ao buscarem estratégias de sobrevivência e produção de sentido.

Quando uma filosofia afro-brasileira, como a presente na literatura de Maria Firmina, tem como objetivo o resgate da humanidade de povos historicamente dominados devemos considerar os interesses econômicos do tráfico transatlântico de pessoas negras e a dominação epistemológica presentes em todo o processo de colonização. Desta forma, uma filosofia da libertação é aquela que resgata valores de humanidades suprimidos por esses processos.

Ramose (2002) conclui o argumento com a ideia de que a diáspora africana deve ser parte integrante da história da filosofia Africana. E o mesmo ocorre com a filosofia afro-brasileira, pois a diáspora dos povos africanos em território brasileiro moldou não só a nossa sociedade (em suas relações sociais e econômicas subalternizantes), mas também as categorias de pensamento que vigoram até os dias de hoje.

Outra filosofia que nos ensina a cultivar uma humanidade coletiva a Ubuntu, palavra de origem bantu, que pode ser entendida como a capacidade que os seres humanos têm de existirem de maneira interdependente, em uma existência conectada, em uma comunidade. Desta forma, qualquer coisa que atinge a comunidade vai atingir o indivíduo, pois ele é parte de um todo maior. Ubuntu é um valor de organização social, neste sentido a humanidade é coletiva, ela se fundamenta nos “nós”, e não no “eu” e no “outro”. Assim, aquele que permite a violência contra um fere a humanidade como o todo. Segundo Renato Nogueira (2011, p.147) [...] *ubuntu como modo de existir é uma re-existência, uma forma afroperspectivista de configurar a vida humana coletivamente, trocando experiências, solidificando laços de apoio mútuo e aprendendo sempre com os outros.*

Com isso exposto, podemos nos lembrar da proposta de bell hooks (2021) ao defender que precisamos nos desapegar da obsessão pelo poder e dominação para construirmos a ideia de uma ética amorosa. Segundo a autora: *“Uma ética amorosa pressupõe que todos têm direito de serem livres, de viverem bem e plenamente. Para trazer uma ética amorosa para todos as dimensões da nossa vida é preciso abraçar a mudança”*. (HOOKS, 2021, p.123).

2.2. A escrita que reflete o mundo

“Se você quiser filosofar, escreva romances.”

Albert Camus - Mito de Sísifo

CELETTI e KOHAN (1999) explicam a filosofia como uma crítica radical, ou seja, “como a suspensão do estado de imobilidade que aceita acriticamente as interpretações e percepções dominantes”. É esse conceito de filosofia que utilizaremos neste trabalho, uma vez que somos seres sociais e há algo dentro de qualquer ordem social que desperta uma inquietude. Ao nos sentirmos inquietos e nunca completamente satisfeitos, pode surgir o questionamento filosófico. Nesse sentido, toda a filosofia tem um caráter político e social, pois busca quebrar a rigidez de uma ordem já estabelecida.

Os autores citam a etimologia da palavra filosofia, para nos explicar que, seja qual for a abordagem filosófica escolhida, a filosofia sempre será uma relação de amor com o saber. O que a define não é o conteúdo específico a ser transmitido, mas sua relação com o saber, a atividade de sempre buscar o conhecimento ou sabedoria. (CELETTI; KOHAN, 1999).

Além desta atividade questionadora do mundo e da relação de amor/amizade com o saber, o fazer filosófico também tem uma forma, uma linguagem que o cânone irá considerar como sendo essencial para caracterizar o discurso filosófico como sendo argumentativo, proposicional e lógico. Essa formalidade no discurso seria, para alguns autores, o que diferencia a filosofia da literatura.

[...] O discurso filosófico é predominantemente proposicional, isto é, consiste em enunciados declarativos que assumem algum tipo de valor-verdade. Nesse sentido, as obras filosóficas podem ser, com maior ou menor dificuldade, resumidas a uma série de proposições que visam atestar a verdade ou falsidade de algo (CICERO, apud SAMPAIO, 2019, p. 190).

Se aceitarmos que a diferença entre o discurso filosófico e o texto literário está no nível de formalidade da escrita, podemos entender que o texto filosófico tende a ser mais sistemático, enquanto a organização de um texto literário mais livre, e as ideias são apresentadas de acordo com a estética de cada autor. Todavia, não podemos deixar de perceber que essa definição pode excluir filósofos-literatos, como p.ex. Sartre, Camus, Platão, Santo Agostinho, Thomas Morus; e também textos filosóficos consagrados na história da filosofia. Por exemplo, o caráter assistemático encontrado na obra de Nietzsche fez com que ele fosse considerado, durante muito tempo, um literato e não um filósofo. Desta forma, não podemos descartar o caráter filosófico crítico e questionador de textos que não necessariamente se apresentam num formato lógico-argumentativo-proposicional, pois existem diversas formas possíveis para o fazer filosófico, e ainda assim conter preciosos enunciados declarativos que assumem “algum tipo de valor-verdade” (SAMPAIO, 2012), vejamos:

Nunca seria demais insistir no arbitrário da antiga oposição entre arte e filosofia. Caso se queira entendê-la em sentido estrito, ela é inequivocamente falsa. Caso somente se queira dizer que essas duas disciplinas têm, cada uma, seu clima particular, isso é sem dúvida verdadeiro, mas muito vago. A única argumentação aceitável residia na contradição suscitada entre o filósofo fechado no meio de seu sistema e o artista colocado diante de sua obra. (CAMUS, 2010, p. 70).

Por outro lado, seria possível escrever um texto literário ficcional, considerando os seus elementos estéticos, que possa ser considerado um texto filosófico? Não foi assim que Platão apresentou os seus *Diálogos*? O próprio Camus não seguiu o mesmo exemplo nos seus textos? E *A Utopia* de Thomas Morus? E os poemas de Parmênides? Em seu artigo sobre a diferença entre a filosofia e a literatura, o professor Edvaldo Sampaio (2019) defende que a filosofia e a literatura guardam inúmeras semelhanças, e inclusive temos filósofos autores e autores filósofos.

Alguns indícios sugerem que Filosofia e Literatura guardam inúmeras semelhanças de família e talvez sejam até aspectos duma mesma disposição existencial. Em primeiro lugar, não há dúvida de que alguns filósofos são também grandes escritores. O exemplo clássico é a reconhecida beleza literária dos diálogos de Platão. (SAMPAIO, 2019, p. 187).

O texto literário (como toda obra de arte) tem **valor em si mesmo**, valor estético, ou seja, não busca uma utilidade exterior à própria obra. Por exemplo, este texto não é um texto literário, claro que se possível gostaria que fosse de uma leitura minimamente aprazível ao

leitor ou leitora. Todavia, o seu valor não está nas suas características estéticas e sim, no seu conteúdo argumentativo e filosófico. Na sua capacidade de expor as ideias da autora e dos textos aqui referenciados.

Considerando os aspectos até aqui expostos, podemos nos questionar: um texto literário pode despertar para uma leitura filosófica? Supomos que qualquer texto, ao abordar aspectos de interesse humano (reais ou imaginários) pode ser material para pensar a realidade; entendemos que um bom texto literário pode ser analisado filosoficamente. Assim como textos filosóficos comumente usam recursos narrativos e/ou ficcionais, sem perder o seu **valor-verdade** como fonte de reflexão filosófica. No seu *Dicionário de Filosofia*, Nicola Abbagnano (2007) traz uma citação do que Ezra Pound acredita ser função da literatura: "*Sua função tem a ver com a clareza e o vigor de qualquer pensamento ou opinião. Diz respeito à preservação e ao esmero dos instrumentos, à saúde da própria substância do pensamento*".

Deleuze também irá defender literatura como saúde: *[...] o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico de si e do próprio mundo. O mundo é o conjunto dos sintomas cujas doença se confunde com o homem. A literatura aparece como um empreendimento de saúde.* (DELEUZE, 1997, p. 14). O texto literário tem valor em si mesmo, desperta o prazer estético no leitor, mas também pode ser um objeto de reflexão, o autor também escreve para fazer pensar, fazer refletir. A leitura de um bom texto literário também pode despertar emoções, como repulsa, raiva, medo, nostalgia e, por que não, perplexidade e questionamento? O texto literário também tem o poder de, "terapeuticamente", fazer refletir sobre a realidade, sobre a existência, como indivíduos no mundo, sobre a política, a história do nosso país, e a sociedade em geral, se mostrando um instrumento de saúde. Deleuze complementa:

A saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta. Compete à função fabulosa de inventar um povo [...] precisamente não é um povo chamado a dominar o mundo. É um povo menor, eternamente menor, tomado num devir revolucionário. Talvez ele só exista nos átomos do escritor, povo bastardo, interior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado. (DELEUZE, 1997, P. 14).

Deleuze cita a "invenção de um povo que falta", um "povo eternamente menor", e não é exatamente isso que encontramos na obra firminiana? Fazendo uso de uma representação

estética do mundo através de palavras, a literatura tem o poder de atingir o que há de humano em nós. A literatura humaniza:

Contar, contar estórias, narrar é dizer e dizer é mostrar, fazer ou tornar visível. Isso é, sobretudo, coisa da literatura — coisa, ofício de gente de letras, de palavras. Também a filosofia, enquanto amor ao saber e à verdade se faz desde e como dizer, desde e como palavra. Palavra, dizer da literatura; palavra, dizer da filosofia. (FORGEL, 2016 p. 182).

Por outro lado, a filosofia também tem valor intrínseco e da mesma forma: faz uso das palavras. Mas, aqui as palavras se juntam para buscar o ser do mundo, a verdade de tudo, o real. Sampaio (2019), em seu texto sobre a relação entre filosofia e literatura a partir da contribuição de Pierre Haddot, entende que, quando distinguimos filosofia e literatura apenas usando os critérios da formalidade do discurso, perdemos algo essencial: a ideia da filosofia como ***modo de vida***.

Portanto, a despeito das diferenças quanto ao discurso filosófico e o discurso poético, estas não constituem aquilo que distingue filósofos e poetas. O que diferencia essencialmente filósofos e poetas é a maneira de viver que ambos precisam adotar para se tornarem aquilo que são. A questão sobre a relação entre Filosofia e Literatura deixa de ser prioritariamente uma querela sobre as palavras, mas remete aos atos que as adornam e dão um sentido superior ao discurso filosófico ou literário. Alguns autores mostram claramente que é possível ser tanto um literato quanto um filósofo. No entanto, seria possível ser ambos simultaneamente? Seria a vida filosófica e a vida passada a limpo na Literatura atividades distintas ou complementares do espírito? (SAMPAIO, 2019, p. 187).

Sendo assim, a filosofia não poderia se apequenar nas querelas sobre formalismos e discurso, uma vez que a filosofia salta do texto escrito. Sócrates, por exemplo, foi um grande filósofo que não escreveu uma linha. As filosofias - no plural - têm várias formas de dizerem o mundo, podendo ser escritas, mas também narradas, vividas, cantadas, dançadas. Segundo Merleau-Ponty (1999), "*nos retomamos ao mundo inacabado para totalizá-lo, pensa-lo*", tanto a filosofia quando a literatura, pensam e buscam totalizar mundos.

Neste caso, a afirmação de Sampaio (2019) de que "não há dúvida de que alguns filósofos são também grandes escritores", pode ser invertida, numa pergunta: A grandeza de um escritor ou escritora não está em, justamente, nos fazer pensar por sua literatura? O que nos leva a buscar pensar junto de Maria Firmina dos Reis ao investigar filosoficamente

as contribuições literárias da autora - na medida em que mostram belamente aquilo que buscamos dizer - dialogando com suas personagens.

Capítulo 3 - A escravidão como problema moral

“Age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio”

Immanuel Kant - Fundamentação da Metafísica dos Costumes

A escravidão de pessoas negras não foi o primeiro tipo de escravidão existente na história da humanidade. Na antiguidade, os homens já escravizaram outros homens em razão de guerras ou dívidas, mas a escravidão baseada no critério racial é diferente dos demais gêneros, uma vez que tenta se fundamentar na ideia de uma suposta superioridade baseada em raças. Ou seja, entende-se que uma pessoa possui maior conteúdo de humanidade do que outra, em resumo a ideia de que o mundo se divide entre civilizados e selvagens, ideia essa que separa os humanos entre “nós” e “eles” ou “eu” e o “outro”.

Sendo assim, os questionamentos realizados por Maria Firmina, na segunda metade do século XIX, são extremamente relevantes e ainda não foram totalmente superados. Uma vez que, passados cento e trinta anos da abolição da escravidão no Brasil o genocídio do povo negro ainda hoje não causa nenhuma crise ética nacional, e o preconceito racial ainda está enraizado no seio da sociedade brasileira. A falta de sensibilidade diante das crueldades que envolveram o regime escravocrata brasileiro pode ser explicada pela falta de memória nacional a respeito do tema, uma vez que ao negro é negada a sua história. A única história possível para o negro é a que o branco concede.

Neste sentido, Maria Firmina dos Reis expõe ao seu leitor a escravidão como um problema de cunho essencialmente moral. Sua narrativa descortina a hipocrisia de uma sociedade brasileira extremamente religiosa, mas que aceita de bom grado o regime escravocrata, baseado no tráfico de pessoas negras capturadas em África, e aqui comercializadas em mercados, compradas e vendidas com proteção legal do negócio dos senhores. A Igreja Católica¹⁴, como principal instituição religiosa brasileira, endossou este regime, as pessoas raptadas que chegavam ao Brasil eram batizadas, proibidas de cultuar as suas divindades e ganhavam um nome cristão. Conforme o verbete “escravidão” presente

¹⁴ Vimos anteriormente (seção 2.1) que Ramose (2011) entende o cristianismo, aqui representado pela igreja católica, como um dos pilares da colonização.

no *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (2007, p. 347): “o cristianismo tornara insignificante a escravidão e, em um certo sentido, a sua condenação. Uma vez que tanto o judeu quanto o grego, tanto o servo quanto o homem livre, tanto o homem quanto a mulher ‘fazem uma só coisa em Jesus Cristo’”.

Além disso, na história da filosofia a grande maioria dos filósofos também era a favor da escravidão, considerando a sua **utilidade** para o senhor e até mesmo para o escravizado. Aristóteles, por exemplo, acreditava que a escravidão se fundamentava na **natureza**, visto que existem pessoas que nascem para dirigir e outras para serem dirigidas, dando como exemplo os pares assimétricos: senhor-escravo e o homem-mulher.

Entre os filósofos, a justificação da escravidão sempre teve a mesma forma: a **Escravidão é útil** não só ao senhor como também ao escravo. Por esse motivo, Aristóteles considera a escravidão uma das divisões naturais da sociedade, semelhante à divisão entre homem e mulher: como há "**quem é naturalmente disposto ao comando**" e "**quem é naturalmente disposto a ser mandado**", é graças à união que "ambos podem sobreviver" (ABBAGNANO, 2007, p. 347, *grifo nosso*).

Por outro lado, os pensadores da antiga escola moral estoica acreditavam que a escravidão não era natural, mas uma condição que pode se abater sobre qualquer pessoa. Joly (2017) nos lembra que nas primeiras obras de Epicuro a escravidão é denominada produto da fortuna (sorte) que: "*repartiu mal os bens comuns e deu a um o domínio sobre o outro, embora nascidos com igual direito*". (JOLY, 2017 p. 101). Ou seja, a escravidão aqui é pensada como um estado, uma situação específica, e não como algo relacionado à natureza humana.

No entanto, na modernidade, a escravidão ultrapassa a ideia de um *estado circunstancial* ou uma *situação*, como formulada pelos estóicos, uma vez que se baseia em atributos físicos: como cor da pele e traços fenótipos de um povo. Sabemos que pessoas brancas foram escravizadas por situação de dívidas ou como prisioneiros de guerra, na antiguidade, mas, na modernidade, populações de pessoas negras foram escravizadas exclusivamente por serem negras. Essa forma de escravidão racializada é uma das características distintivas da história da escravidão no período moderno. Sendo assim, contraposta à ideia positiva de liberdade, princípio humano ético-político, a escravidão é um mal que gera outros males, pois ela é baseada na desumanização de pessoas racializadas.

Diogo da Luz (2017) explica que na visão de Epicteto (filósofo estoico que foi escravizado na antiguidade) não é possível uma pessoa escravizar a outra, uma vez que a escravidão somente ocorre quando a própria pessoa se deixa dominar por aquilo que lhe é externo. Em resumo: “*A sabedoria de vida para Epicteto serve para viver de forma livre e independente. Epicteto considera que o humano é autarkes¹⁵, ou seja, “nada pode determiná-lo de fora para dentro [...]”.* (LUZ, 2017, p. 24).

Aqui podemos lembrar da máxima firminiana: “*A mente, esta ninguém pode escravizar*”. Por mais que o corpo seja aprisionado, a razão, a vontade e o querer, são livres. A mente que não se escraviza é a solução estoica como último refúgio de dignidade para os cativos, que por meio da violência, foram submetidos à vontade de seus algozes. Uma forma de proteção possível para a manutenção da sanidade do cativo é refugiar-se dentro de si, para sobreviver no espaço interior do pensamento e da vontade, onde é possível ser senhor de si mesmo. Régia Agostinho da Silva (2013) comenta sobre a intenção de Firmina de desnaturalizar a escravidão por meio da literatura:

Maria Firmina dos Reis jamais esteve no continente africano. Passou quase toda a sua vida, desde os cinco anos de idade, na vila de Guimarães, próxima a São Luís. O contato que deve ter tido com os cativos talvez tenha se dado na casa dos parentes na localidade. O que importa é que, ao criar a personagem Preta Susana, Firmina tentou sensibilizar seus possíveis leitores e leitoras para a causa antiescravista. Ao colocar Susana para rememorar a África e sua liberdade, ela fala da possibilidade de que estes cativos nasceram livres e que, portanto, a escravidão **não era um atributo natural**. (SILVA, 2003, p. 50, *grifo nosso*).

Maria Firmina não cita diretamente o termo “ética”, mas sim o termo “moral”. No entanto, para o leitor atento, é indiscutível que a autora constantemente reflete sobre o caráter de seus personagens, os costumes da época e questões de justiça e injustiça, certo e errado. É importante notar que a etimologia da palavra “ética” tem origem no termo grego “ethos”, que significa caráter, mas também pode ser entendido como costume ou hábito.

No verbete ÉTICA do *Dicionário de Filosofia* de Abbagano (2007) a ética é definida como a ciência da conduta. A ética, enquanto disciplina filosófica, é a reflexão sobre o agir de forma justa, a reflexão a respeito da moral, dos costumes e valores. Lembrando que os costumes e valores são subordinados à noção de “bem”, que exerce influência na formação

¹⁵ Aquilo que não depende de ninguém; o que se basta a si mesmo.

das filosofias morais tanto dos antigos quanto dos modernos. Essa influência varia de acordo com as diferentes escolas de pensamento ético, levando em consideração a visão de mundo e de humanidade de cada filósofo.

Por exemplo, enquanto a moderna ética kantiana é baseada em princípios universais da razão, do *imperativo do dever* e da *pessoa humana como um fim em si mesmo*, a ética da alteridade do filósofo contemporâneo Levinas é baseada na sensibilidade da relação com o outro. A ética da alteridade de Levinas é uma ética que considerará o outro, a fragilidade da face do outro, inaugurando a humanidade do homem, uma vez que na presença da face do outro deve haver uma resposta ética responsável.

Ao realizar a leitura do romance *Úrsula* e do conto *A Escrava* uma similaridade fica no ar: apesar de serem obras diferentes, temos a impressão que os personagens são da mesma família. Essa impressão não é sem fundamento, os personagens dos dois textos vivem conforme uma mesma época e uma mesma moral, que aqui chamaremos de *ética firminiana*. Podemos reconhecer temas éticos presentes nas falas de várias personagens de Maria Firmina, mas é no discurso da narradora abolicionista anônima - a personagem "Senhora" do salão de debates, do conto *A Escrava*-, que os princípios desta ética aparecem de modo explícito.

A narradora da história de Joana cita um "santo dever" que a "humanidade impunha". Perceba aqui que não temos um dever que atende a humanidade, nesta ética é a humanidade que impõe o dever. Humanidade, valor humano mais básico, que se perdeu no processo de escravidão que objetificou o humano e que a narradora anônima tenta resgatar. O resgate ocorre não apenas por meio do discurso, mas também se materializa em ação.

Segundo o *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano (2007, p. 265, grifo nosso): DEVER é **qualquer ação ou comportamento**, do homem ou das plantas e animais, que se conforme à ordem racional do todo. (ABBAGNANO, 2007, p. 265, grifo nosso). E ainda, segundo bell hooks (2021, p. 126), em sua defesa da prática de uma ética mais amorosa, existe uma distância entre os valores que as pessoas dizem defender, e a sua disposição de fazer o necessário para conectar pensamento e ação, principalmente quando a atitude prática das pessoas é necessária para apoiar mudanças radicais que propiciariam a criação de uma sociedade mais justa. Neste sentido:

A recusa de tomar atitude em relação ao que se acredita enfraquece a moralidade e a ética individuais, assim como as de

toda cultura. Assim, embora sejamos uma nação formada por pessoas que, em sua maioria, independente de raça, classe e gênero, se dizem religiosas e crentes no poder divino do amor, não surpreende que, coletivamente, continuemos incapazes de adotar uma ética amorosa e permitir que ela guie o nosso comportamento, especialmente quando isso significa apoiar mudanças radicais. (HOOKS, 2021, p.127).

A partir disso, buscamos compreender como Maria Firmina nos apresenta uma ética possível, tendo em vista que essa ética tem uma parte teórica que podemos perceber no discurso e argumentação da senhora no salão. E se materializa em uma prática, que pode ser reconhecida no ato da senhora ao proteger mãe e filho escravizados. Essa ética firminiana extingue estereótipos racistas enquanto busca resgatar o sujeito negro de um estado de desumanidade, retomando sua a sua dignidade, fala e história. Criando assim novos caminhos possíveis para esse sujeito recuperado.

Para criar o novo, Maria Firmina destrói o velho, extinguindo os estereótipos racistas enquanto busca resgatar o sujeito negro de um estado de desumanidade, recuperando sua dignidade, voz e história. No próximo capítulo, veremos como a autora rompe alguns estereótipos racistas. Ela o faz de forma natural, simplesmente inserindo personagens negros e mulheres em situações que não estamos acostumados a vê-los, criando novas possibilidades e apontando novos caminhos que nos conduzem a essa ética.

Após esse resgate, a autora aponta novos caminhos possíveis para uma sociedade que finalmente consegue olhar para um rosto negro e reconhecer alguém digno de respeito. Somente com a restauração da dignidade humana dos subalternizados, temos condições de construir essa nova moralidade. Essa ética firminiana é fraterna, cuidadosa e atenta às necessidades do outro, mas também corajosa, que não se omite diante das injustiças e utiliza a linguagem do dominador como uma ferramenta para conquistar a liberdade.

3.1. Rompendo estereótipos racistas e resgatando a humanidade

Eu olhava para eles e não achava que eram muito diferentes de nós, que não pareciam carneiros. Mas o Akin confirmou que, de algum modo que não sabia como, os pretos que iam para o estrangeiro se transformavam em carneiros sim, e eram assados e comidos como carneiros, carne que os brancos muito apreciavam

Ana Maria Gonçalves – Um defeito de cor

Como vimos, a escravidão de pessoas negras atingiu proporções globais, com o sequestro de negros na África e a venda dessas pessoas como mercadoria humana, originando todo um comércio e uma legislação que formaliza o direito de propriedade de um ser humano sobre o outro. Esta "coisificação" do humano escravizado como mercadoria foi justificada por um presumido desenvolvimento de nações colonizadoras (especialmente Portugal, França, Inglaterra e Espanha), e por uma presumida salvação da alma de "selvagens", por meio da conversão forçada ao cristianismo. Os filósofos que fundamentaram o discurso de superioridade racial do branco europeu sobre os negros africanos, criaram e fortaleceram o imaginário que sustentou o estereótipo do negro irracional, selvagem, sujo, desqualificado, sem cultura, e violento.

Vários filósofos escreveram em favor da empreitada colonizadora que legitimava a racialização desumanizadora. Podemos citar como exemplos Hegel, Kant e Hume. Mesmo Kant, que pensou a fórmula da dignidade humana, junto a formulação de seu imperativo categórico¹⁶, em texto acerca da Estética (Considerações sobre a natureza do belo e do sublime) afirma concordar com David Hume, a respeito de não existir um único negro que apresentasse *"algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão"*:

“Os negros da África não possuem, **por natureza**, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais

¹⁶ Fórmula kantiana da dignidade humana: “Age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio” ” (KANT, 2018, p. 114).

baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. **Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores [...].** Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se **deve dispersá-los a pauladas**" (KANT, 2018, p. 114, *grifo nosso*).

Por outro lado, também temos pensadores que vão estudar como esses estereótipos são criados e como podem ser identificados, repensados e rompidos. Nesse sentido, podemos citar: Neuza Santos Souza, Franz Fanon, Grada Kilomba, bell hooks, e aqui incluímos Maria Firmina dos Reis, como percursora deste resgate da humanidade roubada do povo negro, por meio de sua literatura.

A psiquiatra e psicanalista brasileira negra Neuza Santos Souza (2019) irá chamar de **mito do negro**, a imagem do sujeito negro relacionada aquilo que é negativo, vergonhoso, erótico, feio, ruim e sujo. Segundo a autora *"o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro"*. (SOUZA, 2019, p. 37). Neste sentido, Grada Kilomba (2019), também afirma que neste universo criado pela fantasia branca (no qual o negro é sempre degenerado) o inconsciente coletivo das pessoas negras é construído em cima de um trauma psíquico, uma grande ferida, quando o "eu" negro se depara com a imagem projetada de sua própria negritude. Tendo isso em vista, Kilomba (2019) explica que a dor da pessoa negra é de interesse para psicanálise, pois essa dor não tem origem apenas na base familiar do indivíduo, mas em uma noção alienante do sujeito branco que coloca o sujeito negro sempre na posição do outro, estranho, inferior e animalesco.

Sendo assim, o próprio sujeito negro aprende a se rejeitar e a projetar no "ideal do ego branco" conceitos como o belo, o aceito, o limpo, o bonito e o justo, tornando-se uma meta e um desejo inalcançáveis. Por essa razão, as pessoas negras - especialmente no Brasil, onde temos um longo e doloroso histórico de miscigenação - enfrentam grandes dificuldades para se reconhecerem como negras, uma vez que a negritude está relacionada ao negativo. Na apresentação do livro, *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro*, de Neuza Santos Souza, o também psicanalista, Jurandir Freire Costa explica:

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais, nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as

propriedades biológicas do seu corpo. Entre o Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (SOUZA, 2019, p. 11).

No mesmo livro, Neuza Santos Souza nos apresenta a ideia de ferida por meio do seguinte relato: “Eu sinto o problema racial como uma ferida. É uma coisa que penso e sinto o tempo todo. É um negócio que não cicatriza nunca” [depoimento de Sales].” (SOUZA, 2019, p, 53). A dor e a dificuldade de se ver como um sujeito digno de respeito e aceitação, é o resultado das feridas do racismo no corpo e na psique da pessoa negra. O racismo é pedagógico, ele ensina o branco a repudiar o negro e também ensina o negro a odiar a si mesmo, conforme Neuza Santos Souza (2019, p.16): “*o sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, é forçado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e da sua prole*”.

Lélia Gonzalez (2018, p. 36) também nos explica que a história oficial da escravidão no Brasil é pedagógica, um discurso - internalizado pelas crianças - que nos faz acreditar no estereótipo do negro brasileiro como um sujeito passivo, infantil, incapaz intelectualmente e que aceita a escravidão tranquilamente. Outra possibilidade é a configuração de um novo ideal de Ego, um novo rosto, uma nova máscara, conforme Frantz Fanon (2020) descreve em seu livro "Pele negra, máscaras brancas". Esse novo ego seria construído por meio do resgate histórico e da militância política, representando uma afirmação da existência do negro como negro, e não como um mito negro. Neuza de Souza (2019) nos explica da seguinte forma:

A possibilidade de construir uma identidade negra — tarefa eminentemente política — exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras — pais ou substitutos — que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 2019, p. 85).

Esse processo envolveria a desconstrução do mito do negro e uma análise crítica da história do povo negro, assim como da própria história do indivíduo enquanto pessoa negra. Nesse sentido, podemos perceber que, ao recontar a história de pessoas negras anteriormente negligenciadas pela história, filosofia e literatura, Maria Firmina utiliza

estratégias narrativas que visam restaurar a humanidade dessas pessoas. Ao fazer isso, nossa autora cria um novo rosto para o negro, descrevendo-o de maneira oposta aos estereótipos racistas que reforçam e endossam o mito do negro.

3.1.1. O negro perigoso

“Os homens estavam atrás dele. Tinha havido um assalto no banco e o caixa descrevera alguém parecido com ele”

Conceição Evaristo – Olhos d’água

Um dos principais estereótipos, criado para legitimar a violência contra o povo negro, é a ideia de que o homem negro é essencialmente violento e perigoso. O medo do homem negro aparece no texto de Maria Firmina, ao relatar o primeiro contato entre a Senhora abolicionista e o jovem Gabriel. Quando a Senhora se depara com Gabriel, ela confessa sentir um *“terror imenso”* da aparição do homem negro que surge na sua frente. Ou seja, por mais que a abolicionista seja um elemento positivo da ética firminiana, ela também tem seus preconceitos, pois os preconceitos estão enraizados na sociedade e não poupam ninguém. Segue narrativa da abolicionista ao se deparar com o jovem negro:

Confesso que semelhante aparição causou-me um terror imenso. Lembrei-me dos criados, que eu tinha convocado a essa hora naquele lugar, e que ainda não chegavam. Tive medo. Parei instantemente, e fixei-o. Apesar do terror que me havia inspirado, fixei-o resolutamente. De repente, serenou o meu temor; olhei-o, e do medo, passei à consideração, ao interesse. [...] Cruzamos ele e eu as vistas, e ambos recuamos espavoridos [...] (REIS, 2018, p.178).

Outro ponto que podemos explorar é a possibilidade de a senhora não ter temido Gabriel apenas por ser negro, mas principalmente por ser homem. Todavia no mesmo trecho a senhora justifica o seu medo: *“apesar do medo que nos causa a presença dum calhambola¹⁷, aproximei-me”*. Outro ponto interessante neste trecho é que pela narrativa, podemos perceber que Gabriel também sentiu medo ao se deparar com a senhora, uma vez que, ao se encararem: *“ambos recuaram espavoridos”*. A senhora sentiu medo do homem negro, e Gabriel sentiu medo da Senhora, talvez por ser uma mulher que integrava a aristocracia branca que o escravizava. Essa é a primeira impressão do encontro que a senhora tem com o escravizado Gabriel: **Medo**. Todavia, em um segundo momento, ela

¹⁷Termo utilizado durante o período da escravidão no Brasil para se referir a escravos fugitivos.

percebe a doçura do jovem que estava ali, não com a intenção de fazer mal, mas em busca de apoio:

Longe de lhe ser hostil, o pobre negro compreendeu que eu ia talvez minorar o rigor de sua sorte; parou instantaneamente, cruzou as mãos no peito, e com voz súplice, murmurou algumas palavras que eu não pude entender. Aquela atitude comovedora despertou-me compaixão; **apesar do medo que nos causa a presença dum calhambola**, aproximei-me dele, e com voz, que bem compreendeu ser protetora e amiga, disse-lhe: — Quem és, filho? O que procuras? (REIS, 2018, p.179)

Gabriel é descrito como um jovem que apesar da dura sorte, da sua condição de escravizado, da doença de sua mãe, da perda dos irmãos, ainda mantém seu coração puro. Isso fica evidente diante de sua preocupação e cuidado com Joana, sua mãe. Mesmo sabendo que poderia ser cruelmente castigado, o jovem foge do serviço para encontrá-la.

No momento em que o jovem Gabriel pega sua mãe nos braços a fim de transportá-la a casa da Senhora, para que ela tenha os cuidados necessários, a abolicionista percebe o amor filial de Gabriel pela sua mãe doente: [...] *tomou nos braços a pobre mãe, ainda entregue ao seu dorido paroxismo, disse: — Minha senhora, eu só levaria minha mãe ao fim do mundo. Senti-me tocada de veneração em presença daquele amor filial, tão singelamente manifestado.* (REIS, 2018, p.180)

Gabriel tem um coração generoso e altruísta, assim como Túlio, jovem negro - personagem de *Úrsula* -, descrito como amigo, generoso e desinteressado e que salva da morte o protagonista branco, Tancredo. Quando questionado por Tancredo sobre o que gostaria de receber como recompensa por tê-lo salvado de uma morte certa, o jovem Túlio responde:

Continuai, eu vo-lo suplico, em nome do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores! Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão. (REIS, 2018, p. 31).

Túlio é um personagem tão desinteressado que, em vez de pedir a liberdade para si mesmo, suplica a Tancredo que continue tratando com respeito e dignidade as outras pessoas que estão na mesma situação de escravidão que ele. Com esses dois personagens que representam o jovem negro, de Maria Firmina (em *A Escrava* e em *Úrsula*), podemos

ver o estereótipo do negro perigoso e violento se rompendo, sendo desconstruído. Em seu lugar, a autora elabora e apresenta dois jovens negros - Gabriel e Túlio - que tem como principais características possuírem um coração puro e uma alma generosa.

3.1.1. O bom colonizador

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Elas/es querem tomar o que é Nosso, por isso Elas/es têm de ser controladas/os.” A informação original e elementar - “Estamos tomando o que é Delas/es” - é negada e projetada sobre a/o “Outra/o” - “elas/ eles estão tomando o que é Nosso” -, o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado

(Grada Kilomba – Memórias da Plantação).

Segundo Kilomba (2019) tudo que se teme reconhecer em si, o sujeito branco projeta no sujeito negro. Daí emergem as imagens estereotipadas do negro perigoso, preguiçoso, ladrão, mentiroso, mau caráter, estuprador, malicioso, entre outros estereótipos racistas. O combate à narrativa do colonizador como branco civilizador, e do negro como primitivo selvagem, fica ainda mais claro quando Maria Firmina dá voz à personagem preta Susana, que se refere ao colonizador não como um herói, mas como um bárbaro:

Ainda não tinha vencido cem braços do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma *escrava!* Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: **os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas**, e olhavam-me sem compaixão. (REIS, 2018, p.79, *grifo nosso*).

Já no conto ‘A Escrava’ a Senhora abolicionista irá colocar o escravocrata na posição de algoz, expressando, inclusive, um certo desconforto em estar na presença de alguém tão desprezível quanto o escravocrata, podemos notar isso no trecho: *[...] custava-me, confesso, estar por longo tempo em comunicação com aquele homem, que encarava sua vítima, sem consciência, sem horror.* (REIS, 2018, p. 187).

No texto firminiano, as atitudes do Senhor de escravos mostram a ganância do sistema escravocrata que ele representa. Ser um escravocrata, ou ainda um instrumento de um escravocrata, vira uma qualificação hedionda, uma vez que o escravocrata é a pessoa que não tem consciência crítica a respeito dos próprios atos. Como nos explica bell hooks

(2021, p. 125): *“nossa alma sente quando agimos de maneira antiética, nos comportamos de forma que rebaixam nosso espírito e desumanizam o outro”*

Podemos perceber o exemplo do “rebaixamento de espírito”, citado por hooks (2021), nos últimos capítulos de *Úrsula* quando o patriarca Comendador Fernando se dá conta do que fez, ao ouvir as queixas do Padre: **“Monstro! Flagelo da humanidade, ainda não saciastes a vossa vingança?”**

Ao retirar a humanidade de tantos, o escravocrata compromete a sua própria integridade moral. A **animalidade** projetada como característica do negro torna-se uma característica do próprio escravocrata, nas letras da autora. Para Maria Firmina o escravocrata perdeu a sensibilidade de enxergar o outro como seu semelhante usando-o apenas como meio, como ferramenta para seus propósitos egoístas. Ao desumanizar o outro, perde sua integridade, vira uma fera, um bárbaro, um flagelo da humanidade. Régia Agostinho (2013) destaca a inversão de valores na obra de Maria Firmina:

Para ela, bárbaros eram aqueles que capturaram Susana, e não os negros africanos, como era um discurso corrente na época, no qual, a raça negra era considerada bárbara e inferior, por isso era legítimo escravizá-la, justificando-se pela tentativa de orientá-la, de civilizá-la. Para Firmina, como está posto na passagem, a barbárie, ao contrário, estão naqueles que escravizavam e transformavam seus semelhantes em cativos, vítimas de toda a violência que a escravidão poderia proporcionar. (SILVA, 2013, p. 142).

Em suma, lembrando dos ensinamentos de Kilomba (2019), aquilo que o sujeito branco reprime em si mesmo e considera tabu, ele projeta em sua visão sobre a negritude. Ideias de agressividade, irracionalidade, animalidade e falta de controle são associadas ao sujeito negro, enquanto ideias de generosidade, civilidade, controle e decência são relacionadas ao sujeito branco. Com base nessa lógica, temos a narrativa hegemônica e imperialista que justifica a escravidão, ignorando totalmente o rastro de violência e devastação deixado pelo caminho do sujeito branco ao longo da história da colonização moderna.

Por meio de sua literatura, Maria Firmina descortina esse rastro de violência e devastação deixado pelo Senhor patriarcal. Essa violência afeta tanto fisicamente quanto psicologicamente os indivíduos subalternizados, como negros e mulheres. Além disso, também compromete a moralidade religiosa e civil esperada daqueles que se declaram

cristãos, desmoralizando não só indivíduo que desumaniza seu semelhante, mas também a sociedade como um todo.

3.1.2. A negra preguiçosa

“O silencio é a condição de alguém que foi dominado, feito de objeto; falar é a marca da liberdade, de se fazer sujeito”

bell hooks – Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra

A primeira descrição que temos de Joana, em *A Escrava* é a do personagem Feitor Antônio, ele a descreve como: *negra que se finge de doida para não trabalhar*. Ou seja, segundo Antônio a doença de Joana não existe e ela interpreta uma falsa loucura com o objetivo de fugir do serviço e prejudicar o patrão. E em consequência disto, lhe dá mais trabalho, uma vez que é o feitor que precisa procurá-la, se embrenhando pelas matas:

Uma negra que se finge doida.... Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas. Já não tenho fôlego. [...] — Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrarte; mas, deixa estar, eu te juro, será esta a derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! [...]. Doida... doida fingida, caro te há de custar. (REIS, 2018, p. 178).

Na lógica do dominador, o valor de Joana reside apenas na sua utilidade, como pessoa adoecida pela loucura, a mulher preta começa a ser vista como imprestável, preguiçosa, que finge loucura para não trabalhar. Ou seja, por meio de sua alienação, Joana se torna um objeto sem utilidade e que causava prejuízo ao senhor. Por outro lado, o feitor representa um instrumento para a manutenção do poder do senhor, utilizando-se da violência como meio de controle. Apesar de, como homem pardo, também ser prejudicado pela estrutura de dominação branca, o feitor é o *instrumento do escravocrata*, termo colocado pela Senhora abolicionista. O estereótipo de negra preguiçosa vai ser ratificado pelo Senhor de escravos ao encontrar o corpo já sem vida de Joana: “[...] *esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, o meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la*”. (REIS, 2018, p.187)

Ao mesmo tempo em que coloca Joana como inservível, uma vez que, "para nada prestava", o senhor elogia o seu capataz, o seu feitor, ele sim é um excelente e zeloso servidor, na medida em que, atua na manutenção do poder do próprio senhor, sufocando

qualquer revolta ou fuga dos escravizados, com uso da violência. O discurso de "imprestabilidade" de Joana vai ser desmontado quando em seus últimos momentos de vida, essa mãe preta finalmente tem espaço de fala e pode contar a sua história. Só assim, o leitor pode entender a versão de Joana a respeito dos acontecimentos sobre a sua perda de sanidade.

Kilomba (2019), aponta a inversão da narrativa do sujeito branco que nega o processo de colonização, nega o sequestro dos escravizados, nega o roubo da humanidade destas pessoas e se coloca no lugar do sujeito lesado, do sujeito que sofre o dano, daquele que é roubado. A autora explica que "*é neste momento que o sujeito afirma algo sobre o outro e que recusa em reconhecer em si próprio*" (Kilomba, 2019, p. 31)

Antes de enlouquecer, Joana teve sua vida roubada pelo senhor escravocrata não apenas uma, mas duas vezes. A primeira vez ocorre, quando o senhor falsifica o documento que seria a comprovação de sua liberdade, duramente conquistada pelo trabalho de seu pai. A segunda vez, quando são tirados dela os seus filhos gêmeos - Carlos e Urbano -, que são vendidos por tráfico interprovincial. Mesmo sendo verdadeiramente livre e tendo seus filhos nascido igualmente livres (pois nasceram de uma mãe teoricamente alforriada), Joana foi injustamente reescravizada devido à ganância de seu senhor. Além disso, ela foi posteriormente separada de seus filhos, que tinham apenas 8 anos.

Nessas complexas relações de racialização ocorre a retirada de elementos de humanidade e a pessoa negra é esvaziada. São negados os direitos a liberdade, a maternidade, a saúde e até o direito de uma morte digna. Desta forma, a pessoa negra "perde sua própria referência de pertencimento a espécie humana" como afirma José Gomes Pereira (2017, p. 1141). Como resultado de um intenso processo de subjugação e desumanização, a loucura passa a ser a única arma de sobrevivência para pessoa adoecida pela colonização.

A história de Joana comprova o quão cruel e injusto é o regime de escravocrata, a legalidade só existe para o benefício do senhor, que é um falsificador, cruel e egoísta, que não se sensibiliza com a dor de uma mãe. Outra questão importante na história de Joana é o quanto ela é desumanizada recorrentemente pelos seus algozes ao insistirem que ela se finge de doida, desprezando o impacto da violência física e psíquica na saúde das pessoas escravizadas. Neste sentido, na versão do colonizador o colonizado sempre aparece como

degenerado, e a responsabilidade e consequências dos atos do colonizador sobre os colonizados são totalmente ignorados.

Quando pensamos na saúde dos escravizados nos deparamos com um paradigma: sabe-se que se usava castigos físicos, restrições alimentares e toda a sorte de crueldades, mas a intenção dos senhores não era matar o escravo, dado que ele tinha alto valor financeiro. Então, a saúde física era minimamente considerada, não por benevolência do senhor, mas para evitar prejuízo econômico. O mesmo não se pode ser dito sobre a saúde mental¹⁸ da pessoa escravizada era totalmente negligenciada.

Sendo assim, Maria Firmina quebra mais um estereótipo racista ao desafiar a ideia de que o valor de uma pessoa negra se limita à sua produtividade e capacidade de servir ao branco. Ela expõe a injustiça de colocar o sujeito subalternizado no lugar de preguiçoso, como se ele ficasse doente apenas para causar prejuízo ao senhor. A pessoa negra era sujeita a todo tipo de tortura física e psicológica e não tinha direito de se abater, pois dela era cobrado sempre a máxima produtividade que o sistema de produção escravocrata exigia.

3.1.3. A negra sem história

“A gente combinamos de não morrer”

Conceição Evaristo – Olhos d’água

Ao serem sequestrados, antes de embarcar nos navios, os escravizados deveriam dar nove voltas em torno da árvore do esquecimento, um centenário Baobá, sete voltas de fosse mulher¹⁹. Acreditava-se que essas voltas faziam as pessoas escravizadas perderem a memória e assim se tornaram escravos submissos e sem passado. (Atlântico Negro, 1998)

Porém, os quatro milhões de negros, que se instaram em solo brasileiro como escravizados, trouxeram muito mais do que apenas seu corpo e sua força de trabalho, nos tumbeiros carregaram suas memórias, suas divindades, seu ritmo, sua cultura. Nove anos antes da publicação do famoso poema Navio negreiro, de Castro Alves, nossa autora coloca

¹⁸ Na seção 2.2 sublinhamos a escrita que reflete o mundo como passível de efeitos “terapêuticos”. Sugerimos pensar a possibilidade de serem tanto a filosofia quanto na literatura, fontes de saúde, para indivíduos e para a sociedade.

¹⁹ Talvez porque pensassem que as mulheres negras, por serem mulheres, tinham uma “memória mais curta” que os homens negros?

no discurso de preta Susana, personagem de *Úrsula*, o relato sobre a terrível experiência enfrentada, como mulher negra raptada de seu país e jogada junto a tantos outros companheiros escravizados em um tumbreiro, durante a diáspora transatlântica. Susana também conta sobre a sua vida antes do sequestro, conta sobre sua família, marido, mãe e filha pequena, conta sobre seu trabalho para fins de sustento da sua família e não de terceiros.

Susana nos conta que tinha uma vida de liberdade na sua terra natal, de onde foi arrancada por bárbaros brancos, que a amarraram e a jogaram em um terrível tumbreiro e a trouxeram para ser propriedade de outrem em um continente desconhecido. Lélia Gonzalez (2018) irá nos lembrar do nosso passado de sequestro e separação de famílias:

Quando o europeu chegou à África, nossas antepassadas foram arrancadas do convívio de seus filhos, de suas famílias e de seus povos, transformadas em mercadorias e vendidas por bons preços, para trabalharem até o fim dos seus dias numa terra absolutamente desconhecida. As que não morriam nos malfadados navios negreiros, ao chegarem aqui eram dirigidas para dois tipos de atividade: a escrava de eito trabalhava nas plantações e a mucama, na casa grande. Tanto uma como a outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje (GONZALEZ, 2018, p.110).

A preta Susana é a memória viva da diáspora africana, ao trazê-la para contar sua história Maria Firmina desconstrói mais um argumento de desumanização do negro escravizado. Quando desmontamos o estereótipo do negro sem memória, desmonta junto a enganação de que ao se proibir o negro de falar sua língua, de cultuar seus ancestrais, e dar a ele um nome cristão tudo que ele viveu anteriormente seria apagado. Outro argumento confrontado pela autora enquanto ela dá voz a Susana é que de alguma forma a colonização estaria “salvando” as pessoas negras ao trazer civilidade e moralidade cristã. Que tipo de salvação seria essa que retira de uma pessoa tudo o que faz sentido para ela, enquanto a torna propriedade que pode ser livremente usada?

Neste sentido, é importante comentar que Lélia Gonzalez (2018) irá destacar a importância de mães pretas, como Susana, não só como um repositório de memória, mas também como figura importante na formação da cultura brasileira. Uma vez que, essas mulheres ao criarem os filhos dos senhores passaram a cultura negra trazida de África para as crianças brancas, por meio da sua linguagem, das suas comidas, e principalmente das suas histórias. Essas mulheres negras teriam sido responsáveis pela formação de um

inconsciente cultural brasileiro que com o passar dos anos se tornou eminentemente negro, tento inclusive africanizado o português, criando o que Gonzalez (2018, p. 37) chama de “*pretuguês*”. Segundo a autora o fato de a maioria dos nossos símbolos culturais serem quase todos proveniente da cultura trazido dos negros acontece graças as mães pretas.

Desta forma, diferente do que propõe a ideia de que seria possível apagar toda uma vivencia em África ou fazer as pessoas pretas esquecerem sua cultura e suas divindades, adotando totalmente a cultura e religião do colonizados se mostrou terrivelmente falsa. Maria Firmina nos mostra que a preta Susana trouxe consigo suas preciosas lembranças, sendo inclusive um repositório de conhecimento para as crianças que criou, sejam elas brancas, ou pretas, como Túlio

Capítulo 4 - A Escrava: Uma ética antirracista

“Tomei com coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever”

Maria Firmina dos Reis - A Escrava – fala da senhora abolicionista

Tanto o conto *A Escrava* (1887), quanto o romance *Úrsula* (1859) nos mostram o ponto de vista da pessoa escravizada e fogem dos estereótipos do negro dócil, submisso ou escravo selvagem e violento, sem moral, ou ainda, da escrava preguiçosa ou sem memória. Os personagens negros de Maria Firmina são complexos, falam de si, contam suas histórias, tem um passado independente do colonizador, tem dores que só eles conhecem. Tais obras chamam a atenção não só pela autoria feminina e negra, mas também pela riqueza de elementos que podem ser estudados. Deste modo, iremos analisar filosoficamente o conto *A Escrava*, mas sem perder de vista alguns argumentos que podem ser esclarecidos por passagens do romance publicado anteriormente, *Úrsula*²⁰. Uma vez que, o primeiro romance de Maria Firmina já possui características antiescravagistas que foram desenvolvidas ou aprofundadas no conto *A Escrava* - publicado na Revista Maranhense, em 1887.

Tendo em vista os quase 30 anos que separam as duas obras e o contexto político, influenciado pelo movimento abolicionista já constituído no Brasil, a autora reafirma o seu compromisso com ideias antiescravagistas. Desta forma, o conto expõe elementos já discutidos em *Úrsula* de uma maneira ainda mais direta, e atualizada, na medida em que os discursos a respeito das questões éticas e políticas envolvendo a escravidão eram recorrentes nos círculos de intelectuais da época. Lembrando que a publicação do conto ocorre menos de um ano antes da promulgação da lei de Abolição da escravidão e já existiam leis no império²¹ criadas para que o Brasil caminhasse para o “fim gradual” deste grande mal; leis estas que foram paulatinamente desrespeitadas pelos senhores de escravo, sendo o Brasil a última nação independente a abolir a escravidão de pessoas negras, em 1888. Segundo a pesquisadora Luísa Lobo: “o conto destaca-se por sua coragem e originalidade entre outras obras que circulavam na época romântica, que defendiam o

²⁰Embora, a “A escrava” ser um conto que cita explicitamente o movimento abolicionista, desde 1859 Firmina já nos apresentava ideias abolicionistas nas entrelinhas da trama de amor entre os dois protagonistas brancos, Úrsula e Tancredo

²¹ 1850 – Lei Eusébio de Queirós: proíbe o tráfico negreiro. 1871 – Lei do Ventre Livre: torna livre o escravo nascido a partir da promulgação da lei, quando este completasse vinte e um anos de idade. 1885 – Lei dos Sexagenários: concede liberdade aos escravos de sessenta e cinco anos.

aboliconismo em tese, mas não logravam vivenciar o problema racial na própria carne". (LOBO, 2014, p. 118 apud PEREIRA).

A história inicia-se em um salão no qual "*estão reunidas pessoas distintas e bem colocadas na sociedade*" que depois de discutirem assuntos diversos começam a debater sobre o "elemento servil" (REIS, 2018, p. 175), então, uma senhora toma a palavra. Essa senhora a quem Maria Firmina descreve como sendo "de sentimentos sinceramente abolicionistas", será a narradora anônima da história principal. O leitor não irá descobrir o seu nome, nem o seu ofício. Mas fica claro no decorrer do conto que essa senhora é uma mulher muito respeitada, e bem colocada socialmente. O mesmo cuidado que a autora toma ao não se revelar como autora de *Úrsula*²², referenciando a autoria como "uma maranhense", nossa autora terá ao apresentar a personagem-narradora apenas como uma "senhora abolicionista", sem revelar o seu nome²³.

Ao tomar a palavra a abolicionista inicia sua exposição de motivos pelos quais acredita ser absurda a existência de escravocratas em pleno século dezenove. Ao defender que a escravidão é um grande mal que precisa ser expurgado da sociedade, a senhora se utiliza de argumentos, morais, políticos e econômicos, descrevendo a escravidão como símbolo da desmoralização da nação e do comércio e da dinâmica social, na qual o senhor é o algoz e o escravizado é a vítima. Conforme o trecho: "*E depois, o caráter que nos imprime e nos envergonha! O escravo é olhado por todos como vítima – e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda*". (REIS, 2018, p.176)

Sobre o último ponto, para provar o quanto a escravidão é um fator desmoralizante e que o senhor é o algoz e o escravo a vítima, a Senhora se coloca a narrar um fato envolvendo uma mãe e seu filho, ambos escravizados, que estavam sendo perseguidos por um capataz: "*Eu vou narrar-vos, se me quiserdes prestar atenção, um fato que ultimamente se deu. Poderia citar-vos uma infinidade deles; mas este basta, para provar o que acabo de dizer sobre o **algoz e a vítima***". (REIS, 2018, p.176, grifo nosso).

A personagem ganha status de narradora ao começa a contar o fato intrigante: uma mulher *correndo "em completo desalinho"* e em seu encaço aparece um homem carregando um açoite. Este homem é o feitor Antônio - homem pardo -, a quem a senhora vai se referir

²² Assim como vimos na seção 1.2 Resgate literário: uma batalha da memória

²³ A questão do anonimato da senhora será discutida na seção 4.2 O anonimato.

como o “instrumento de um escravocrata” – que procura uma escrava em fuga, que, segundo ele é “uma negra que se finge de doida”. Segue o diálogo entre a Senhora e o feitor:

“— Então, – perguntei-lhe, aparentando o mais profundo indiferentismo, pela sorte da desgraçada, – foge sempre?

— Sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é doida.

— Doida! – exclamei involuntariamente, e com acento que traía os meus sentimentos. Mas o homem do azorrague não pareceu reparar nisso, e continuou:

— Doida... doida fingida, caro te há de custar.”

(REIS, 2018, p. 177-178).

Esta Senhora, a fim de proteger a mulher em fuga, indica ao feitor o caminho oposto ao que a mulher havia se escondido, uma artimanha para despistá-lo. Logo em seguida, se aproxima um jovem negro. Esse jovem se apresenta como filho da mulher, e explica que sua mãe já não é mais lúcida e que sempre foge do serviço, pois está adoentada e prestes a morrer. Neste ponto a senhora é colocada frente a um dilema moral, ajudar mãe e filho escravizados ou abandoná-los a própria sorte? Com responsabilidade e plenamente consciente das possíveis consequências de seu ato, a personagem anônima prontamente se coloca como protetora de mãe e filho, levando-os para a sua própria casa, com o objetivo de prestar socorro a mulher doente, que sofria de um ataque espasmódico.

"Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita da lei; mas **em primeiro lugar o meu dever**, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes. Sim, a vindita da lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco. Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, e tranquilidade! Não. **Tomei com coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever.**" (REIS, 2018, p.181, grifo nosso).

A senhora então argumenta para sua audiência no salão de debates, que conhecia a gravidade do seu ato. O seu ato era um crime contra o direito de propriedade (esfera legal), mas, agiu conforme o “*dever que a humanidade impunha*” (esfera moral). Mesmo consciente da gravidade de sua ação, pondera entre a lei que “garante ao forte o direito de oprimir o fraco” e o “dever”. E assim decide: em primeiro lugar o dever.

Mesmo tendo ciência de que estaria desafiando um homem poderoso, e não só ele, mas toda uma estrutura escravocrata ainda vigente. O seu dever moral foi imposto pela humanidade, como deixar de prestar socorro a um jovem desesperado a uma mulher prestes a morrer? O Dever moral é apresentado como justificativa para sua desobediência civil: a humanidade na pessoa de cada um daqueles dois escravos impunha este santo dever que era algo maior do que ela, maior do que a lei. Desta forma, a senhora consegue proporcionar a uma mãe desesperada um espaço seguro para ter uma morte digna

E neste refúgio, nesta casa²⁴, a “escrava” Joana consegue finalmente falar sobre suas dores, e contar sua história para alguém que a escuta ativamente, compreendendo que ela é quem diz ser, e não, o que disseram dela. Assim, conhecemos Joana, não pela lente do dominador que a escravizou, mas por sua própria fala e vivência de mundo. Em suma, pela ficção firminiana foi possível reconstruir literariamente um testemunho, uma biografia: a experiência vivida de uma mulher escravizada, por meio de da personagem Joana.

Mas sua história poderia ser a história de toda uma comunidade. A voz de Joana não é a voz de uma única mulher negra escravizada, mãe desesperada e adoecida. Esta pode ser a voz de uma comunidade de múltiplas mulheres, reais ou fictícias, que deslocaram o discurso a respeito de si mesmas. Aqui temos uma mudança de paradigma, Joana não é mais objeto da narrativa colonizadora que a resume em negra preguiçosa. Ela se torna sujeito na sua própria narrativa. Se antes o dominador contava a história do dominado, agora o dominado fala por si. Quando o grupo de dominados se apropria da sua fala para contar as suas histórias, bell hooks (2019) denomina este fenômeno como um processo de autorrecuperação²⁵.

Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história. Esse processo de autorrecuperação permite que nos vejamos como se fosse a primeira vez, pois nosso campo de visão não é mais configurado ou determinado somente pela condição de dominação (HOOKS, 2019, p.78).

²⁴ Em sua etimologia ética vem do grego *ethos*, que significa conduta, mas também pode significar: casa, morada, refúgio, habitat.

²⁵ Conceito já apresentado no 1.3

Desenvolver nossa filosofia a partir da vivência, da ancestralidade, do fortalecimento da identidade, da valorização da cultura, saberes e epistemologias nos autoriza a criar, reinventar e criticar conceitos já estabelecidos. Maria Firmina faz isso com o conceito de humanidade, criar toda uma ética acerca deste conceito, uma ética libertadora que retira o negro da posição de objeto e o traz para a posição de sujeito, protagonista e contador própria história. Hooks (2019) completa:

Falamos sobre toda a luta libertadora iniciada por grupos de pessoas que têm sido vistos como objetos começa por um processo revolucionário no qual afirmam que são sujeitos. É esse processo que Paulo Freire enfatiza "não podem comparecer a luta como quase coisas, para depois ser homens". Pessoas oprimidas resistem identificando-se como sujeitos, definindo sua realidade, configurando sua identidade como sujeitos, nomeando sua história, contando sua história. (HOOKS, 2019, p.100) .

Dessa forma, podemos pensar que Maria Firmina sintetiza diversos aportes éticos em prol de um projeto de humanidade e sociedade que vá além da escravidão, seguindo uma filosofia de libertação, conforme vimos em Ramose (2017). Esse resgate ético de uma comunidade de dominados que foram subalternizados ocorre por meio da não-omissão diante da desumanização do outro, assim como foi feito pela abolicionista diante de um dilema ético. Conforme bell hooks (2019), por meio da autorrecuperação, é possível o resgate do que foi perdido por meio da violência desumanizadora, Joana realiza esse processo ao recuperar sua história e narrar a si mesma.

Mas, para que isso seja possível, é necessário, antes de mais nada, conseguir enxergar a humanidade que reside no outro. A senhora abolicionista consegue enxergar a humanidade que reside na pessoa de Joana, ao contrário do senhor de escravos, que a enxerga apenas como um objeto quebrado. Da mesma forma, para que seja possível não se omitir diante da injustiça, é necessário primeiro reconhecer a existência dessa injustiça. Por essa razão, Maria Firmina nos mostra formas de romper com estereótipos racistas que fundamentam a desumanização e a injustiça.

Neste sentido, desconstruir e ultrapassar os preconceitos estabelecidos parece ser uma condição básica para ir ao encontro da humanidade, da nossa e da de qualquer outro. Assim, a ética da alteridade de Levinas pode ser examinada em suas contribuições para enfrentar esse imenso desafio, uma vez que enfatiza a importância de nossa responsabilidade pelo outro.

Segundo Levinas (1980, p. 178): *a epifania do rosto é ética*. Para o filósofo, o encontro com o outro é marcado por um chamado ou um apelo que interrompe o processo de indiferença. Esse chamado ocorre através do encontro com o rosto do outro, criando a responsabilidade de reconhecê-lo como humano. Essa ética implica em uma responsabilidade pelo bem-estar do outro. Diferente da ética kantiana, que se baseia em conceitos universais, essa ética se fundamenta na experiência do encontro com o outro e no apelo do rosto do outro. Esse apelo nos convoca a agir.

Da mesma forma, Maria Firmina dos Reis sugere que no encontro com o outro surge uma responsabilidade de agir, de prestar socorro, que iremos aprofundar no próximo tópico. A ética firminiana também pode ser considerada uma ética de encontros e de abertura para o diálogo que envolve a narrativa de si mesmo e uma escuta ativa.

4.1. A fraternidade

*“Dize que os povos escravos
Vais levar com lealdade
Não ferros, mas liberdade,
Progresso – não opressão.
Vai quebrar as vis cadeias,
As algemas de seus pulsos,
De amor em doces impulsos,
Vais dizer-lhe: És meu irmão!”*

Maria Firmina dos Reis – Hino da Libertação dos Escravos

O princípio central da ética firminiana é a fraternidade, fundamental para resgatar a humanidade perdida durante o processo de colonização. Neste sentido, a compaixão desempenha um papel crucial, permitindo-nos entender e responder ao pedido de ajuda de alguém que sofre. De acordo com a filosofia moral de Hume a moralidade se baseia na simpatia, ou seja, na capacidade de nos colocarmos no lugar do outro, de compartilharmos emoções. Ao nos aproximarmos de outra pessoa podemos reconhecer nossa semelhança e conexão como seres humanos capazes de experimentar diferentes formas de sofrimento.

Maria Firmina dramatiza a conexão moral que ocorre quando duas pessoas se encontram em uma situação em que uma está sofrendo e a outra pode ajudar. Nesse sentido, a dor do outro, especialmente quando agravada por uma injustiça, desperta a ideia de fraternidade e solidariedade. Ao compreender e vivenciar essa conexão, reconhecemos

intelectualmente que somos todos irmãos e sentimos o impulso de ajudar como um dever moral, mesmo que não seja estabelecido por leis escritas. Esse entendimento nos inspira a buscar a construção de uma nova realidade social, na qual todos sejam igualmente dignos em sua humanidade, como proposto por diversas utopias modernas.

Em *A Escrava*, a senhora (mulher branca) presta socorro a Joana (mulher negra escravizada) e ao seu filho. Em *Úrsula*, o homem negro escravizado presta socorro ao homem branco. Os dois textos possuem diálogos entre personagens brancos e negros em que ambos se colocam na posição de “prestar auxílio ao outro”, na posição de semelhantes. É evidente que apesar de “semelhantes” o tratamento oferecido a cada par (preto e branco, homens, mulheres, livres e escravizados) é vivenciado de forma socialmente oposta, influenciado pela cor da pele, gênero e posição social.

Dessa forma, é crucial reconhecermos a importância de não nos deixarmos envolver pelo "Mito da democracia racial". E vale ressaltar que não entendemos que nossa autora adote essa perspectiva. A “semelhança” aqui é aquela que se baseia na humanidade de cada um, e não na posição que a sociedade impõe, tendo em vista os processos patriarcais de colonização e racialização.

Assim, lemos nas obras firminianas, que apesar de ocuparem lugares diferentes na sociedade, aquelas personagens mulheres e homens, negros e brancos, livres e escravizados, compartilhavam algo que os conecta: sua humanidade. E para provar isso Maria Firmina cria encontros desses personagens desiguais em situações equalizadoras de experiência humana: situações de morte iminente ou de luto. Nessas situações-limite entre a vida e a morte acontece um encontro, que possibilita o reconhecimento recíproco de fraternidade e humanidade, no ser do outro. Sem ultrapassar sua posição social, de gênero ou de cor, as personagens conseguem estabelecer uma conexão, um vislumbre do rosto do outro, como coloca Levinas (1980), em sua ética.

Nossa autora explora, em seus dois textos antiescravistas, que independentemente da cor: a morte vem para todos. E em situação de perigo ou morte iminente, esses personagens se colocam no auxílio um do outro, guiados pelo princípio da fraternidade, que se materializa na ação de socorro ao próximo. Podemos perceber esse momento em *A escrava* quando Joana acorda e percebe que está sendo socorrida pela mulher branca:

Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é para mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida **um branco** que se

compadecesse de mim; creio que Deus me perdoa os meus pecados, e que já começo a ver seus anjos. (REIS, 2018, p. 182, grifo nosso).

Em resumo, neste conto uma mulher branca se depara com mulher negra escravizada, socorre essa mulher no momento da morte e se compromete a proteger também o seu filho: a mulher negra conta então a sua história e agradece pelo cuidado, atenção e pela escuta recebida.

Em Úrsula, percebemos ainda que, quando Túlio conta a Tancredo a triste história de como sua mãe foi levada pelo senhor Tavares e encontra a morte, em razão dos maus tratamentos sofridos sob o domínio deste homem: o rapaz negro chora e o rapaz branco chora junto. Por que Tancredo chora ao escutar a história de Túlio? Porque, ao compartilhar a dor da morte da mãe, a história do luto de Túlio, faz Tancredo lembrar da perda de sua própria mãe, que também faleceu nas mãos de um homem cruel. O luto e a morte são comuns a todas as pessoas, sejam elas pretas ou brancas. Neste sentido os personagens se unem sofrimento que compartilham:

E o pobre Túlio desatou a chorar em desespero; porque era a recordação das desditas de sua mãe! Tancredo também tinha na alma uma chaga mal cicatrizada, e **as dores do negro encontraram eco em seu coração**. Tancredo chorou também, e o silêncio da tarde recolheu soluços que não podiam envergonhá-los. (REIS, 2018, p. 109).

Ao descrever Túlio, a narradora anuncia: “*quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre no seu país. Àquele que é seu irmão?*” (REIS, 2018, p. 27).

Podemos ler nas entrelinhas dos encontros entre as personagens racialmente representadas nos dois textos que a estratégia narrativa estabelece uma ligação natural entre o branco livre e o negro escravizado, de maneira que um enxergue a humanidade do outro e ambos se reconheçam como igualmente dignos de respeito e merecedores de reciprocidade. A irmandade que nasce entre estes personagens transparece na fala de Tancredo (o jovem branco), quando ele reconhece a dor de Túlio por estar preso ao ciclo da escravidão, uma dor provocada pelos brancos senhores de escravos, como o pai de Tancredo:

Um dia virá em que os homens reconheçam que **são todos irmãos**. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem

lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e **amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante**. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem! (REIS, 2018, p. 30)

Quando se enxerga a humanidade do outro como um reflexo de sua própria humanidade, cai por terra qualquer hipótese de superioridade racial como fundamento da escravidão do homem pelo homem. Lembramos mais uma vez que a ética da alteridade de Levinas baseia-se justamente na sensibilidade que transborda diante da fragilidade da face do outro. Essa fragilidade nos demanda uma resposta ética sensível, anterior a toda razão. Para Levinas, é a sensibilidade o que nos permite perceber o rosto do outro como um apelo a responder eticamente.

4.2. O anonimato

*Jamais o saberá na terra alguém,
De meus lábios, o nome que ela tem...
Que esse nome meus lábios não dirão.
(Maria Firmina dos Reis - Cantos à beira-mar)*

A questão do anonimato perpassa toda a obra de Maria Firmina, desde o lançamento de *Úrsula* em 1859, obra assinada com o pseudônimo - “Uma maranhense” - preservando a identidade da autora. Por outro lado, no prólogo de *Úrsula*, a autora deixa explícito: “*Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor*”.

Ao encarmos a Senhora abolicionista anônima, que carrega no seu discurso as grandes lições éticas firminianas, podemos observar que a questão do anonimato para Maria Firmina não é aleatória ou casual, mas parece ser um ponto chave de sua ética. Deste modo, temos uma personagem-narradora que parece fundir-se com a autora, de forma pedagógica. Uma marca da obra de Maria Firmina é a relação entre a ficção e a vivência ou (con)vivência - viver com o outro -, que pode ter colocado no papel suas ideias, suas dores, ou as ideias e dores dos seus.

Do mesmo modo, Conceição Evaristo (2017) comenta sobre o processo de escrevivência, no qual a realidade pode se con(fundir) com ficção: “*Ali busquei escrever ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade [...] Insinuo apenas que*

a literatura marcada por uma escrevivência pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Essa confusão não me constrange". (EVARISTO, 2017, p. 11-12)

Deste modo, é curioso perceber que Maria Firmina tem o anonimato como uma constância em sua obra e estende este mesmo anonimato para a sua personagem, que também é uma narradora – a senhora abolicionista. Assim, tanto personagem como criadora representam mulheres que usam sua voz para denunciar injustiças sociais. Rafael Zin (2016) complementa:

É interessante observar que o anonimato atribuído à narradora faz referência direta ao silenciamento das demais mulheres que se aventuraram no mundo das letras e que se utilizaram de pseudônimos para se proteger da dominação masculina. Assim como em *Úrsula* Firmina subscreve o texto como “uma maranhense”, em *A Escrava*, a narradora será apresentada apenas como “uma senhora”, anônima, incógnita, o que não é feito por acaso. (ZIN, 2016, p.67).

A mesma lógica é usada pela autora no prólogo de *Úrsula*, ao esclarecer que publica o romance, não movida pela vaidade, mas por acreditar no potencial de seu texto. Maria Firmina publica esta obra mesmo prevendo as dificuldades que enfrentaria por ser uma mulher que descreve: *Indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros*. Mesmo assim, a autora “gerou-o da sua imaginação”, e lhe dá o lume, utilizando aqui um vocabulário maternal. Pois os homens produzem e compartilham seus textos com os seus companheiros de letras, mas para a uma mulher é preciso coragem para publicar em um mundo dominado por homens.

Outra hipótese possível para o nome da Senhora abolicionista não constar no texto seria que, apesar de ter sido ela que prestou socorro a Joana e de Gabriel, o conto não é sobre ela. A autora não quis colocar a personagem no lugar de heroína ou salvadora. O seu nome não é relevante para a narrativa, e sim a história que ela conta, a Senhora é uma mensageira.

A ética firminiana não busca homenagear heróis brancos por serem benevolentes com os pobres escravos, por essa razão a personagem abolicionista não carece de um nome. Se acaso ela possuísse um nome, provavelmente protagonizaria o conto, ocupando o lugar de Joana, que é “a escrava” quem denomina o conto e, ao contrário da senhora, ganha nome. Após estendermos como funcionam as estruturas do racismo que ‘coisificam”

as pessoas pretas, conseguimos compreender a importância de Joana possuir uma identidade, um rosto, uma história e um nome. Essa individualização da experiência de Joana faz parte de um processo de subjetificação: a personagem passa a ser vista como pessoa e não mais como objeto.

Por outro lado, a Senhora abolicionista anônima fez o que a sua humanidade exigia, ou seja, ela apenas cumpriu o seu dever com responsabilidade. Ela é a articuladora estrategista, a mediadora que acolhe e abre espaço para a fala e expressão de Joana, usando o seu lugar social privilegiado para que a justiça se torne possível. Neste sentido, agiu simplesmente como deveriam agir todos aqueles que professam o cristianismo que a autora constantemente questiona em sua coerência ética.

4.3. A maternidade

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas.

Angela Davis- Mulheres, raça e classe

Um ponto central do conto *A escrava* é a relação entre a condição de escravidão e a maternidade, uma vez que Joana, “a escrava” que nomeia o conto, por ter a maternidade negada, enlouquece: seus filhos gêmeos são cruelmente arrancados da mãe e vendidos para o tráfico interprovincial. Joana se torna uma mulher doente cuidada pelo filho que resta como família, o jovem escravizado, Gabriel. Neste sentido, é importante destacar, que Joana também perde sua própria mãe para a morte após o duro golpe de falsificação de sua carta de alforria pelo senhor. Sua mãe não aguenta saber que a liberdade duramente conquistada para a filha foi em vão, e morre de desgosto, deixando a jovem Joana órfã.

Quando no refúgio provido pela Senhora abolicionista, mesmo diante da morte, a maior preocupação de Joana é o destino do seu filho, Gabriel. A “escrava” suplica à Senhora que o proteja das crueldades do Senhor Tavares. Após a morte de Joana o compromisso vai ser honrado e Gabriel se tornará livre.

Neste sentido, também é necessário destacar que a condição de escravidão é extensiva aos filhos através da mãe escravizada: os filhos nascidos de mãe escrava nascem acorrentados aos mesmos grilhões da lei de propriedade dos senhores em relação à mãe. Joana era filha de pai livre e mãe escravizada, portanto, legalmente, seria escrava *por*

nascimento. Ou seja, a maternidade da mulher escravizada era mais um meio estabelecido pelo direito dos senhores para obter lucro, proveniente do ventre das mulheres escravizadas, ampliando a força de trabalho para o regime escravocrata. As mulheres escravizadas eram animalizadas como fêmeas reprodutoras, conforme explica Angela Davis (2016):

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, **elas não eram realmente mães**; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. **Elas eram “reprodutoras”** – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (DAVIS, 2016, p. 25, *grifo nosso*).

O corpo da mulher escravizada era considerado propriedade do senhor, e as violações dos seus corpos eram recorrentes, tanto pelos senhores quanto pelos feitores, sendo a violação uma forma de controle e abuso da mulher negra, pela força. Repetidas vezes a gravidez ocorria por meio do estupro, ou seja, a mulher não tinha escolha, nem sobre o ato sexual, nem sobre gerar filhos; e se nascidos, também não tinha escolha a respeito da possibilidade de criá-los, uma vez que eles não eram considerados, de fato, *seus filhos*:

[...] as escravas eram **inerentemente vulneráveis** a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O **estupro**, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p.26, *grifo nosso*).

Sobre a maternidade da mulher cativa, existem várias contradições morais no tratamento dispensado à mãe preta: enquanto lhe é negado direito de maternar seus próprios filhos, ao mesmo tempo exigem que ela ocupe o lugar de cuidado dos filhos de seus senhores, inclusive no aleitamento das crianças brancas. Sendo assim, à mulher escravizada é negado o direito de ser mãe dos seus próprios filhos, enquanto lhe é designada a função materna dos filhos das senhoras. Neste tópico, Lélia Gonzalez (2018) examina a figura da mucama, figura responsável pelo bom andamento da casa grande, por lavar e passar, cozinhar, amamentar as crianças e ainda é alvo das investidas sexuais dos senhores, cabendo a elas inclusive a iniciação sexual dos parentes mais jovens dos seus senhores.

A vulnerabilidade da mulher preta quanto diante das condições sexuais, de reprodução e de maternagem aparecem nas linhas de Firmina. Tanto no relato de Joana, no conto a escrava, quanto no testemunho de Túlio – em Úrsula- quando o jovem conta à Tancredo o modo cruel como foi separado de sua mãe, vendida para pagamento de dívidas, por ser o objeto de interesse do Comendador, senhor escravocrata: *“minha desgraçada mãe fez parte **daquilo** que ele comprou aos credores, e talvez fosse ela mesma uma das **coisas** que mais o interessava”*. Desta forma a mãe de Túlio, resignada, foi obrigada a deixá-lo:

Ah! Quão grande era a dor que a consumia! **Porque era escrava**, submeteu-se à lei que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça, humilde e resignada. **Bem pequeno era eu** – continuou Túlio após uma pausa entrecortada de soluços –; mas chorei um pranto bem sentido por vê-la se partir de mim, e só comecei a consolar-me, quando mãe Susana à noite balouçando-me na rede, disse-me: — Não chores mais, meu filho, basta. Tua mãe volta amanhã, e te há de trazer muito mel, e um balaio cheio de frutas (REIS, 2018, p. 108)

Tendo em vista o tratamento prestado às mulheres pretas em relação à sua condição de mães, o contrassenso diante da moral cristã, que valoriza e honra a maternidade como sagrada, é evidente. A maternidade das mulheres pretas escravizadas era marcada pela violência desde a concepção até a criação dos filhos. Após o nascimento, a separação forçada, mediante venda das mães ou dos filhos, era uma prática comum, deixando traumas irreversíveis tanto nas crianças quanto nas mães. Nesse contexto, a proteção das mulheres diante dessa vulnerabilidade talvez seja uma das atitudes morais mais básicas da ética firminiana.

4.4. A legalidade e a liberdade

Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!

Maria Firmina dos Reis – Úrsula – fala de Susana

No conto "A Escrava", como conclusão, temos a resolução da condição de escravidão de Gabriel, filho de Joana. Nos últimos momentos de lucidez, Joana suplica à senhora que ajude seu filho, para que ele também não morra nas mãos do senhor Tavares: *“Ah! Minha senhora – começou de novo, mais reanimada; apadrinhe Gabriel, meu filho, ou esconda-o no fundo da terra; olhe, se ele for preso, morrerá debaixo do açoite, como tantos outros, que,*

meu senhor, tem feito expirar debaixo do azorrague! Meu filho acabará assim". (REIS, 2018, p. 184)

Durante todo o conto, observamos o cuidado de argumentação da autora sobre a falta de legitimidade moral da escravidão, todavia, mesmo assim o regime escravocrata era legalizado no Brasil. Então, com a morte de Joana, seu filho Gabriel voltaria a perecer sob o domínio de propriedade do senhor Tavares, como pereceu a sua mãe. Mesmo sendo uma escravidão ilegal, já que sua mãe teve sua liberdade comprada quando criança. Ou seja, nascendo de uma mulher alforriada, Gabriel também seria livre.

Os senhores de escravos, conhecedores das leis, sabiam exatamente como burlá-las em benefício próprio. Como exemplo dessas burlas, temos a re-escravização de pessoas livres, tanto no caso de Joana, quanto no caso de Gabriel. O pai de Joana, indígena, fora enganado com uma carta de alforria falsa devido a sua falta de letramento, e de conhecimento das leis do homem branco. Como é dito na cena: *"Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade"* (REIS, 2018, p.183)

Em outras palavras, a falta de acesso à educação formal restringia ainda mais a liberdade das pessoas negras e indígenas, inclusive para lutar pela sua libertação, uma vez que não conheciam as normas do direito. Como abolicionista, Maria Firmina busca deslegitimar os fundamentos morais que sustentam a escravidão, e também aponta o caminho em defesa da abolição, pela via das leis. Todavia, isso não resolve a situação emergencial de Gabriel: o que ele deveria fazer? Fugir, arriscando-se a morrer em perseguição como a sua mãe, para evitar seu retorno forçado ao cativeiro e o castigo inevitável?

Em nenhum momento do conto, nossa autora defende uma revolução armada, ou a fuga de escravos. Antes, oferece um elogio bem argumentado - em forma literária - da humanidade da pessoa negra, rompendo estereótipos racistas desumanizantes. Ao denunciar o adoecimento da sensibilidade moral de todo o tecido social, Maria Firmina dos Reis aponta também para a inversão de valores e para a hipocrisia da moral religiosa (cristã). Ao defender a irmandade entre pretos e brancos, a autora nos mostra que a escravidão é uma instituição cruel e sem sentido, isto é, as leis que amparam a escravidão são leis

injustas, elas precisam mudar. Mas, enquanto não mudam, como fica Gabriel? Seria exposto à tortura e à morte esperando a abolição legal?

A narradora anônima, personagem abolicionista - como a autora - se compromete, com Joana, a proteger Gabriel do cruel escravocrata. Assim, demonstra aos leitores como resolver a questão por meio de manobras possíveis dentro das leis que vigoravam na época. Uma lição de estratégia, usando o saber jurídico dos senhores em favor dos escravizados.

Maria Firmina nos mostra que, por meio da educação e do conhecimento das leis, é possível lutar pela liberdade, até porque muitos escravos, como no caso da própria Joana e de Gabriel, foram escravizados ilegalmente. Contemporâneo de Maria Firmina, o baiano Luiz da Gama é um exemplo de intelectual negro que utilizou o seu conhecimento das leis para conquistar a sua própria liberdade, bem como a de muitas outras pessoas ilegalmente escravizadas.

Gama havia sido vendido como escravo por seu próprio pai branco, mesmo tendo nascido de mãe africana liberta. Apesar de não ter formação convencional em direito, utilizou o seu conhecimento da legislação da época para conseguir a liberdade de pessoas escravizadas utilizando instrumentos jurídicos como *habeas corpus* e ações de liberdade. Gama é considerado Patrono da Abolição da Escravidão, e sua luta contra a escravidão nos ensina que a luta pode ser também por meio das letras, usando a língua e as leis dos dominadores para a causa dos dominados.

Como já citamos aqui, bell hooks (2019, p. 75) aborda a importância nos comunicarmos ativamente, e de criarmos uma nova linguagem, por meio de um trabalho de libertação coletiva. Que é, também, um trabalho de educação coletiva. Assim nos deslocamos do papel de objeto sob o qual os outros manobram, falamos e tomamos decisões para o papel de sujeito que cria discursos se apropriando da linguagem do dominador, com uma voz libertadora:

[...] no deslocamento de um papel passivo para um ativo: O mais importante do nosso trabalho – o trabalho da libertação – demanda que criemos uma nova linguagem, que criemos o discurso oposto: a voz libertadora. Fundamentalmente, a pessoa oprimida que se move de objeto para sujeito fala com a gente de um jeito novo. (HOOKS, 2019, p. 75).

Os dominadores estão tão acostumados a conceber a legalidade apenas em seu próprio benefício que esquecem de respeitá-la, abrindo brechas para possíveis manobras

por parte do grupo dominado. Neste sentido, os dominados precisam se expressar bem na língua e nas regras dominantes para conseguirem sobreviver. Assim, como fez Maria Firmina com as letras e Luiz da Gama com as leis, é necessário abrir caminho dentro da realidade do dominador para não sermos sufocados por ela.

Para tanto, o acesso à educação e os movimentos sociais são decisivos. No século XIX, descobrimos que a imprensa (jornais e revistas) de circulação local, mas também os salões de debates (conforme a referência inicial do conto *A escrava*) foram capazes de mobilizar e orientar ações coletivas, pela palavra oral e escrita. É também neste sentido que Maria Firmina foi exemplar, com as letras; assim como Luiz da Gama com as leis: ambos, cada um ao seu modo, abriu caminhos para transformar os privilégios de alguns, em direitos para todos, e para fazer soar a voz da justiça social.

Como Gama, a senhora abolicionista - de *A escrava* – utiliza-se de instrumentos legais para conseguir a liberdade de Gabriel, fazendo com que o senhor sofresse uma extraordinária contrariedade, e que Gabriel finalmente pudesse levantar a cabeça, pois agora era um homem livre. Apesar da morte de Joana o desfecho é imerso em esperança, a liberdade (alforria) de Gabriel, nome que curiosamente é o nome do anjo que trouxe a boa nova, ilustra a liberdade que chega não só para ele, mas para todos.

O conto rompe formulações óbvias na moral cristã vigente no séc. XIX: o negro escravizado, a mulher silenciada e o senhor que tudo pode. Além disso, abre espaço para uma nova moral em um contexto político em que a mulher negra conta sua história, a mulher branca tem a força da ação, movida pelo dever de humanidade. E o jovem negro, representa o futuro, a almejada liberdade, pode enfim olhar à frente, plenamente livre.

A conquista da dignidade e da liberdade como natural e universal para todas as pessoas e a exaltação da postura do “agir certo”, coerente com o “pensar certo” (que foi a postura adotada pela senhora abolicionista) são os principais elementos deste desfecho.

4.5. Um novo caminho

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, no fizemos seres éticos

Paulo Freire – Pedagogia da autonomia

Em sua análise do conto *A escrava Jose Gomes Pereira* (2017) cita três vozes que podem ser percebidas no conto: a voz dos dominados, representada por Joana e Gabriel; a voz dos dominadores, representada pelo senhor e feitor; e a voz da mediação e narração, representada pela senhora abolicionista. Neste sentido, a versão do colonizador é um discurso de conservação do poder que busca apresentar o colonizado como degenerado, para justificar sua dominação. A versão dos dominados só é possível quando a senhora abolicionista oferece refúgio para mãe e filho, neste momento Joana finalmente tem o espaço de fala e dignidade para contar sua história. Joana é a protagonista nesta versão, ela que elucida os fatos, ela dá nome ao conto, ao redor de sua figura que todos os fatos ocorrem. Pereira (2017) observa que na visão de Joana a pessoa branca é representada por três elementos: 1 - deslealdade (falsificação da carta de alforria), 2- crueldade (venda do filho de Joana), e 3 - bondade (que Joana reconheceu na figura da senhora abolicionista que a socorre).

Desta forma, nossa autora mostra que a maldade não é algo inerente à natureza da pessoa branca, uma vez que uma Senhora privilegiada naquela sociedade branca consegue ter atitudes bondosas. Duzentos anos depois de Maria Firmina nos apontar que o caráter não é definindo pela cor da pele (do negro ou do branco), bell hooks (2021) demonstrará sua fé em pessoas brancas que utilizam dos seus privilégios na luta contra o racismo:

Recentemente falando para o público universitário expressei minha fé no poder de as pessoas brancas falarem contra o racismo, desafiando e pondo fim ao preconceito – declarando de forma enfática que eu definitivamente acredito que todos nós podemos transformas nossas mentes e ações. (HOOKS, 2021, p.125).

O papel da Senhora abolicionista é utilizar os privilégios que a elite da qual faz parte para possibilitar que os dominados possam falar por si mesmos e denunciar os seus algozes. No discurso hegemônico, são os dominadores que contam sua versão justificada

intelectualmente (mas não moralmente) sobre os dominados e, neste sentido, a Senhora abolicionista abre um espaço seguro para que os dominados falem por eles mesmos. A senhora adota uma postura de advogada frente a uma crise relacionada à dignidade humana. Esta personagem defende, ainda no salão de debates, a ideia de que a escravidão é um mal - por todos os ângulos: moralmente contra os princípios cristão, mas também civil (leis e política), econômico e social.

Em seguida conta um fato que comprova a sua tese, que é a história do seu encontro com Joana e Gabriel. A narradora abolicionista exerce o papel de articulação quando mostra o problema por meio do discurso, logo depois apontando para sua solução, solução que se materializa em ação. O problema: a escravidão. A solução: não omissão perante a injustiça. Segundo bell hooks (2006) a máxima do amor é baseada em ação política: *Partilho essa crença e a convicção de que é na escolha do amor, e começando pelo amor como o fundamento ético da política, que estamos melhor posicionados para transformar a sociedade de forma a valorizar o bem coletivo*. (HOOKS, 2006, p. 280).

A narradora-personagem usará argumentos para condenar o sistema escravocrata enquanto instituição a partir do próprio discurso religioso que o sustenta ideologicamente, lembrando seus leitores dos preceitos cristãos originais de comunidade fraterna e amor ao próximo. Ou seja, a narradora busca apontar a contradição entre o discurso cristão de amor, igualdade, solidariedade e a desumanidade cometida pelos mesmos senhores brancos cristãos contra seus escravos. (Pereira, 2020, p. 1142). Neste ponto, podemos lembrar que hooks (2021) ao defender a prática de uma ética amorosa também faz uma crítica à contradição dos que se dizem cristãos: *“Imagine como nossa vida seria diferente se todos os indivíduos que se dizem cristãos, ou que alegam serem religiosos, servissem de exemplo para todos, sendo amorosos”*. (HOOKS, 2021, p. 112).

José Gomes Pereira (2017) afirma que *“o homem deve se desalienar, e, além disso, precisa ver na perspectiva do outro”*. Para isso, é preciso se colocar na posição em que a senhora abolicionista se coloca, como ouvinte de Joana. A narradora-personagem cuida para que Joana não só tenha uma morte digna, mas também direito à escuta. Quando coisificada Joana foi definida, pelo capataz, pelo senhor, pela sociedade. O seu valor residia apenas na sua utilidade. Como sujeito Joana é escutada, ela mesma se define e a narradora-personagem a entende como uma mulher, como uma mãe. Neste sentido, bell hooks (2006) aponta para importância do amor na transformação política da sociedade:

No momento em que escolhemos amar, começamos a progredir contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, caminhamos rumo à liberdade, agimos de forma a nos libertarmos e aos outros. Essa ação é o testemunho do amor como ato de liberdade. (HOOKS, 2006, p. 283)

A narradora, assim como o leitor entendem Joana como sujeito, tão humana quanto o próprio senhor, pois mesmo na posição de escravizada Joana não tem como deixar de ser humana. Por outro lado, o senhor corrompe sua humanidade ao desumanizar o outro, ele se transforma no algoz, verdugo. Trazendo desmoralização e adoecendo a sociedade como um todo: *"E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que enerva, o cancro que a destrói?"*

Enquanto uma narradora anônima, curiosamente, membro de mesma elite branca do senhor, irá apontar a incoerência moral da escravidão da pessoa negra, que só é possível por meio de um longo processo de desumanização. No final das contas, a alienada não é Joana, e sim a sociedade que aceita a desumanização do homem pelo homem enquanto ainda se apresenta como sendo uma sociedade ética. Nossa autora de apoio, bell hooks (2021) irá nos contar a importância da consciência para a prática de uma ética amorosa:

Abraçar uma ética amorosa significa usar todas as dimensões do amor – cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento – em nosso cotidiano. Só podemos fazer isso de modo bem sucedido ao cultivar a consciência. Estar conscientes permite que examinemos as nossas ações criticamente, para ver o que é necessário, para que possamos dar carinho ser responsáveis demonstrar respeito e manifestar disposição em aprender. (HOOKS, 2021, p.130).

Outros autores podem ser utilizados para elucidar essa ética, que para bell hooks, será baseada no amor; para Levinas, na sensibilidade; para Kant, no dever; para Ubuntu, na humanidade e na comunidade. Nas escolhas de autores para aprofundar nossa análise filosófica optamos por utilizar conceitos de hooks por ser uma mulher, negra como Maria Firmina, vivendo em outro século, mas que também se preocupada com o resgate de humanidades negadas pelo processo de dominação, como a escravização e o patriarcado. Para hooks, o amor é uma ação política:

Enquanto nos recusarmos a abordar plenamente o papel do amor nas lutas pela libertação, não seremos capazes de produzir uma cultura transformadora, onde haja um afastamento em massa de uma ética da dominação. [...] Sem uma ética do amor que molde o rumo da nossa visão política e das nossas

aspirações radicais, somos muitas vezes seduzidos, de uma forma ou de outra, a uma fidelidade contínua a sistemas de dominação (imperialismo, sexismo, racismo, classismo). (HOOKS, 2006, p. 277).

A obra e a vida de Maria Firmina dos Reis também nos mostram que sua ética ultrapassa o discurso e molda a ação, criando um deslocamento natural de uma ética de dominação para uma ética humanitária antirracista. A nossa autora, viveu a ética que recomendou, sua senhora abolicionista também age da mesma forma: corporifica na prática aquilo que prega no salão por meio de suas ações. Como afirma Paulo freire (2022, p. 35), em sua *Pedagogia da autonomia*, “*quem pensa o certo está cansado de saber que as palavras a que falta de corporeidade do exemplo pouco ou nada valem. Pensar certo é fazer certo*”.

Entendemos que a pensadora Maria Firmina assim o faz, ao entregar uma ética abolicionista, de libertação e amorosa para consigo mesmo e para com os mais vulnerados - cuidando e curando as feridas historicamente abertas pela escravatura até os nossos dias. Esta ética endossa o valor de uma comunidade humana, na qual a existência do outro perpassa a minha existência, para que cada um possa reconciliar-se com a sua própria história de vida, tramada na rede de humanas biografias. Deixo aqui o chamado:

Aqueles de nós que já escolheram adotar uma ética amorosa permitindo que ela governe e oriente o modo como pensamos e agimos, sabemos que, ao deixar nossa luz brilhar, atraímos e somos atraídos por outras pessoas que mantêm a sua chama acesa. Não estamos sozinhos. (HOOKS, 2021, p. 137)

CONCLUSÃO

A literatura de Maria Firmina dos Reis oferece uma perspectiva singular sobre o problema moral da escravidão de pessoas negras no Brasil no sec. XIX. Combinando filosofia e literatura estudamos como a autora, por meio de sua escrita, busca dar voz aos grupos historicamente silenciados pela dominação, utilizando a literatura de *escrivivência*²⁶ como forma de inversão de narrativas. Tendo em vista as dinâmicas e relações entre dominados e dominantes, uma filosofia com um olhar antirracista, é essencial para analisarmos a literatura de Maria Firmina filosoficamente. A escrita firminiana dramatiza o problema moral da escravidão apontando soluções: a desconstrução de estereótipos racistas e a criação de um novo caminho, um caminho pautado em uma responsabilidade ética baseada no dever e na humanidade. Sensibilidade e razão aqui são requeridas juntas para uma compreensão da moralidade. Parafraseando Kant: a ética sem a situação que afeta os outros é vazia, e a situação que afeta os outros sem a ética é cega.

Dessa forma, buscamos analisar como Maria Firmina realiza uma desconstrução de estereótipos racistas que justificam a natureza subalterna de pessoas negras. Neste processo, a autora cria uma identificação entre o leitor e personagem, tornando possível identificar aspectos de humanidade que foram negados a esses personagens subalternizados. Por meio do discurso-ação de uma mulher, - a senhora anônima - Joana ganha uma ouvinte para sua história, assim percebemos que a ética firminiana é baseada tanto em discurso coerente quanto em ação firme e consciente.

Discurso e ação aqui são complementares nessa ética antirracista. Por meio da fala, entendemos as razões para o desgaste psíquico de Joanna, e assim, ela se reconhece e também é reconhecida por outra mulher e pelo leitor, possibilitando a restauração da sua dignidade como indivíduo. bell hooks chamará a apropriação do discurso do dominador para a autodeterminação do dominado de *autorrecuperação*. Neste sentido, Joana encontra a coragem para usar sua voz ao denunciar seus algozes e uma ouvinte igualmente corajosa, que irá utilizar as informações que teve acesso para a ação política.

Neste sentido, vimos que a ética firminiana se mostra uma ética de encontros, nos ensina a falar, mas também a escutar, uma escuta ativa, acolhedora e política. A coerência

²⁶ Conforme Conceição Evaristo.

do Discurso-ação e a abertura para a fala-escuta afetuosa são elementos dessa ética. Assim como a responsabilidade, a não-omissão, o dever, a fraternidade e o respeito a humanidade também são valores dessa ética.

Sendo assim, uma ética humanitária, amorosa, cuidadosa, ouvinte e corajosa que não se omite é a lição que a autora nos deixou. Lição atual, mesmo depois de dois séculos, tendo em vista que apesar da abolição da escravatura, no Brasil, a desumanização de pessoas - e a sua utilização como meio e não como fim - continua recorrente. Lembrando que mulheres negras costumam sofrer preconceito de raça, gênero e classe simultaneamente. Ou seja, a luta pela liberdade é um processo contínuo para todas e todos, mas para as mulheres pretas – como Joana e Susana - essa luta parece muito mais árdua.

As lições da nossa maranhense nos apoiam nas necessárias desconstruções de estereótipos racistas e de gênero que temos que encarar no nosso cotidiano. Portanto, a ética da não-omissão perante as injustiças, conforme o dever de humanidade - comum a todos e a cada um - pode transformar indivíduos e a sociedade como um todo, mas para isso é necessário que tenhamos coragem. Coragem que não faltou a Maria Firmina dos Reis, para sua Senhora abolicionista, nem para Joana.

*“Para viver uma vida com base em princípios de uma ética amorosa
(demonstrando cuidado, respeito, conhecimento, integridade e vontade de cooperar)*

temos que ser corajosos.”

bell hooks (2021, p.137)

SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Considerando que os ensinamentos éticos de Maria Firmina dos Reis não se resumem a uma ética antirracista, sendo também uma ética antipatriarcal, entendemos a importância de incentivar a realização de trabalhos que explorem a obra da autora por outras perspectivas, haja vista a riqueza e a atualidade da obra firminiana. Sendo assim, deixamos aqui algumas sugestões para trabalhos futuros:

- Estudos de aprofundamento que visam analisar a ética firminiana por enfoques, citados, mas não aprofundados aqui, conforme:
 - o estoicismo;
 - a ética do dever de Kant;
 - a ética da alteridade de Levinas; ou
 - a ética dos sentimentos Morais de Hume.
 - Ética ubuntu
- A importância da Mãe preta como repositório de memórias e cultura, análise da obra firminiana com Lélia Gonzalez
- Estudo sobre a dominação sexual e reprodutiva das mulheres escravizadas
- Caminhos para liberdade em Maria Firmina: loucura, morte e libertação
- Personagens femininas de Maria Firmina dos Reis à luz do feminismo negro
- Argumentos morais para a derrocada do senhor escravocrata sobre a lógica firminiana em Úrsula e A escrava

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

ATLÂNTICO negro: Na rota dos orixás. Direção: Renato Barbieri. Filme-documentário. Produtora: Videografia, 1988. 54 min, color, 35mm.

BARBOSA, Adriana de Fátima Alexandrino Lima. *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS

REIS E O PROJETO DE NAÇÃO ANTIRRACISTA. In: XVIII **Seminário Internacional Mulher e Literatura**, 2019, São Cristóvão. Escritas da resistência: intersecções feministas da literatura. Aracaju: Criação Editora, 2019. v. 2. p. 35-46.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução: Valerie. Rumjanek Chaves. Rio de Janeiro: Record, 2010

CELETTI, Alejandro. KOHAN, Walter. **As origens da filosofia**. In: A filosofia no ensinomeio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 53- 70

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Deleuze. **A vida e a literatura**. Crítica e clínica. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação**: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira**. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula* (romance); *A Escrava* (conto). Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020

FOGEL, Gilvan. **Filosofia e Literatura**. Viso, Cadernos de estética aplicada. Rio de Janeiro. n. 17, jul/dez, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. Tradução: António F. Cascais; Eduardo Cordeiro. 6 ed. Lisboa: Nova Vega, 2006.

GONZALEZ, Lelia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** . São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HOOKS, bell. **O amor como prática da liberdade**. Original. Love as the practice of freedom. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Tradução de: PINHO, Thiago. Anãsi: Revista de Filosofia, Salvador, v. 2, n. 2, 2021. ISSN: 2675-8385. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/download/13356/9361/>. Acesso em: 02 de maio 2023

HOOKS, bell. **Erger a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. 384 p.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021. 272 p.

JOLY, Fábio Duarte. Estoicismo e escravidão no pensamento de Sêneca. Phênix, Rio de Janeiro, n.13, 2017, p. 98-114.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução, introdução e notas por Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial; Barcarolla, 2009.

KANT, I. **Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime; Ensaio sobre as doenças mentais**. Tradução e estudo de Vinicius de Figueiredo. São Paulo: Clandestina, 2018

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019.

LEVINAS, Emmanuel. Rosto e ética. In: __. **Totalidade e infinito**. Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 173 -197.

LOPES, Rodolfo Pais Nunes. **A tensão Mytho-Logos em Platão**. Tese (Doutorado em Letras, área de poética e hermenêutica) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. 206 p. 2014.

LUZ, Diogo da. A liberdade em Epicteto. Revista Prometeus, ano 10, n. 22, jan-abril, 2017. E-ISSN 2176-5960. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/LUZALE> . Acesso em 23 de jan. 2023.

MEMORIAL DE MARIA FIRMINA DOS REIS. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/album/>. Acesso em: 15 de out. de 2022

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes., 1999.

MACHADO, Mari Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. Estudos Avançados, v. 33, n. 96, 2019. p. 91-108. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3sYhgN85tfbF5yn5sVFBycz/#>. Acesso em: 02 jan. 2023

NOGUEIRA, Renato. **Ubuntu como modo de existir**: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. Revista da ABPN, v. 3, n. 6, nov-fev. p. 147-150. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/renato_noguera_-_ubuntu_como_modo_de_existir.pdf . Acesso em: 09 de jan. de 2023.

PEREIRA, José Gomes. **Escravidão e loucura: uma leitura do conto A Escrava** , de

Maria Firmina dos Reis. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 46, n.3. p. 1134-1144, 2017. Disponível em

PIRES, Clarissa dos Santos Pinto. **"Provas do belo talento"**: gênero, raça e abolição sob a pena de Maria Firmina do Maranhão Oitocentista. 2020. Dissertação (mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf . Acesso em: 15 nov. de 2022

RAMOSE, Mogobe B. **A ética do ubuntu**. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethicsof ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The AfricanPhilosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/mogobe_b._ramose_-_a_%C3%A9tica_do_ubuntu.pdf. Acesso em: 01 de dez. 2022

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/texto16.pdf>. Acesso em 02 de dez. 2022.

RAMOSE, MOGOBE. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da filosofia africana**. Ensaios Filosóficos, Volume IV - outubro/2011. Disponível em : https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/mogobe_b._ramose_-_sobre_a_legitimidade_e_o_estudo_da_filosofia_africana.pdf. Acesso em: 03 de dez. de 2022.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35999> . Acesso em: 20 de ago. 2022

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia . Acesso em: 12 nov. 2022

RIO, Ana Carla Carneiro. **AUTORIA, DEVIR E INTERDIÇÃO: OS "ENTRE-LUGARES" DO SUJEITO NO ROMANCE ÚRSULA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal de Goiás.

SAMPAIO, Evaldo. **Filosofia é Literatura? Literatura é Filosofia?**. Eixo Roda, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 183-197, 2019. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/14633 . Acesso em: 15 de set. de 2022.

SCHWARCZ, Lilia. **O som do silêncio**: sobre interditos e não ditos nos arquivos quando o tema é escravidão ou escorre para o racismo Cadernos AEL, Campinas, v.17, n.29, p. 73-94. 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2597>. Acesso em: 12 de fev. 2023.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/pt-br.php>. Acesso em: 02 de dez de 2022

SOUZA, Neuza Souza. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

ZAMBRANO, María. **Filosofia e Poesia**. Tradução. Fernando Miranda. Belo Horizonte: Moinhos, 2021

ZIN, Rafael Balzeiro. **A dissonante representação pictórica de escritoras no Brasil : o caso de Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917)**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação. n.3, nov., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28915>. Acesso em: 05 de dez. 2022

ZIN, Rafael Balzeiro. **Maria Firmina dos Reis. A trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil Oitocentista**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19479/2/Rafael%20Balseiro%20Zin.pdf>. Acesso em 13 de dez de 2022.